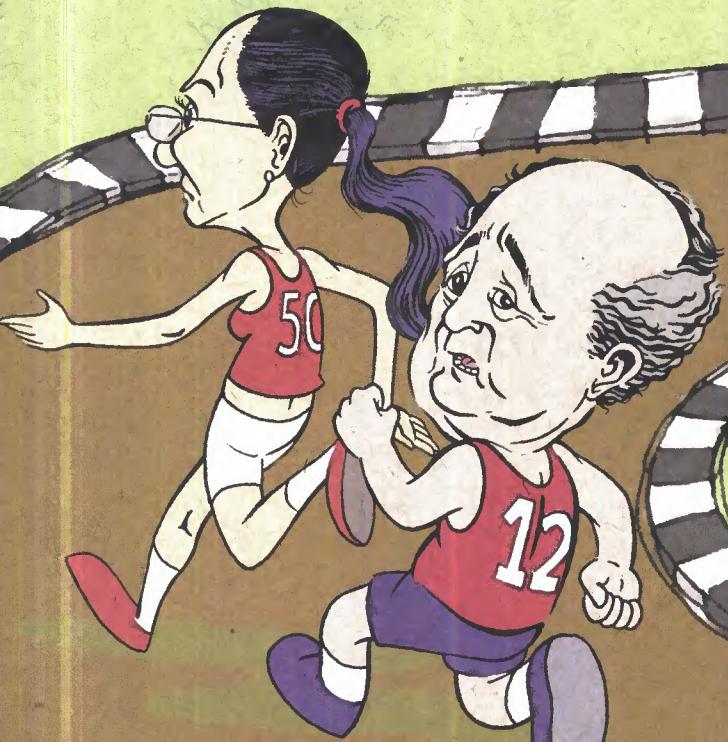


Adverso

Nº 143 - Setembro/2006



Eleições 2006

Na corrida ao Planalto, candidatos falam sobre economia, educação, serviço público, política internacional e políticas de inclusão social. A falta de financiamento para pesquisa, que tem inviabilizado projetos aprovados na Fapergs, é o tema discutido pelos candidatos ao Piratini.

3º Encontro de Coros da Adufrgs

41º Festival de Coros do Rio Grande do Sul

7 de outubro de 2006 - 20hs

Salão de Festas da Ufrgs

2º andar da Reitoria, Campus Central

Entrada franca

Homenagem Especial ao Dia do Professor



Tantar de confraternização

Dia do Professor

Nos dias 6 de outubro - 20hs - e 7 de outubro - 21h30

Restaurante Forno e Fogão

Rua Silveiro, 120 - Menino Deus

Apresentação do Coral da Adufrgs

Convites à venda
nas sedes da Adufrgs

ADufrgs
Seção Sindical da ANDES-SN
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

Seção Sindical da Andes-SN
Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (51) 3228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

Diretoria

Presidente: Eduardo Rolim de Oliveira
1º vice-presidente: Cláudio Scherer
2º vice-presidente: Lúcio Hagemann
1ª secretária: Zuleika Carreta Corrêa da Silva
2º secretário: Mauro Silveira de Castro
1º tesoureiro: José Carlos Freitas Lemos
2º tesoureiro: Marcelo Abreu da Silva
1º suplente: Regina Rigatto Witt
2º suplente: João Vicente Silva Souza

ADverso

Publicação mensal impressa
em papel Reciclat 75 gramas
Tiragem: 4.500 exemplares
Impressão: Comunicação Impressa
Produção e edição: Veraz Comunicação Ltda
Editora: Maricélia Pinheiro (MG 05029 JP)

Reportagem: Maricélia Pinheiro,
João Rosito (12207/RS), Clarissa Pont
e Zaira Machado (RJP 7812)
Fotos: Clarissa Pont
Ilustrações: Telmo Guerreiro
Projeto gráfico e diagramação: Fabrícia Osanai

04 Fapergs

Candidatos ao governo apresentam propostas para a crise da Fundação

06 Seminário

Medidas sócio-educativas em debate

07 Economia Solidária

Trabalhadores argentinos recuperam hotel através do cooperativismo

12 Vida no Campus**14 Artigo**

UM NOVO ESTADO DO MUNDO (Ignacio Ramonet)

15 ENTREVISTAS COM PRESIDENCIÁVEIS

Candidatos ao Palácio da Alvorada falam sobre questões que envolvem economia, educação, serviço público, política internacional e inclusão social

20 Prestação de contas**21 Informe Unimed/Ufrgs****22 Entrevista**

MAYADA BAMIE,
embaixadora da Palestina no Brasil
"A solução para os conflitos seria
o fim da ocupação israelense"

24 Entrevista

TZIPORA RIMON,
embaixadora de Israel no Brasil
"Muitos países árabes reconhecem que
não é possível apagar Israel do mapa"

26 WWW**27 Orelha****28 Hipermídia**

A tradição dos corais no Rio Grande do Sul

30 Observatório**31 A História de Quem Faz**

Fotos divulgação

Tempo de decisão

Chegamos no momento de decidir quem conduzirá o País e o Estado nos próximos quatro anos. Para que fique aqui registrado, e no futuro venha a compor o acervo histórico da Adufrgs, ou até mesmo possa ajudar os indecisos, a revista Adverso apresenta nesta edição entrevista com os quatro primeiros colocados na corrida à presidência da República, onde são abordadas questões relacionadas à economia, à educação, ao serviço público, à política internacional e à inclusão social.

No âmbito estadual, optamos por direcionar os questionamentos à área de Ciência e Tecnologia, mais especificamente à crise financeira pela qual passa a Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (Fapergs). Perguntamos aos seis primeiros colocados na corrida ao Piratini se, no caso de assumirem o governo, se comprometeriam a aplicar na Fapergs o percentual mínimo previsto na Constituição Estadual.

Os conflitos no Oriente Médio são analisados nesta edição pelas embaixadoras da Palestina, Mayada Bamie e de Israel, Tzipora Rimon, que falam do contexto geral e histórico, dos inúmeros acordos de paz e das possíveis saídas pacíficas. A intenção foi atingir o máximo da imparcialidade ao abordar um dos temas mais polêmicos da História Contemporânea.

A economia solidária, considerada pelos movimentos de esquerda como uma alternativa à crise do capitalismo, aparece concretamente no exemplo do Bauen Hotel, um dos mais sumptuosos hotéis de Buenos Aires, construído para a Copa do Mundo de 1978. Fechado durante a quebra da economia argentina em 2001, o hotel foi recuperado pelos próprios trabalhadores – que haviam sido dispensados sem indenização – e assumido por eles em regime de cooperativa.

Destaque para a tradição dos corais no Rio Grande do Sul, um dos estados que mais cultiva esse tipo de expressão cultural, provavelmente pela forte influência das colonizações alemã e italiana. Na seção Hipermídia, contamos um pouco da história da Federação de Coros do Rio Grande do Sul (Fecors) – que há mais de 20 anos luta pela preservação e qualificação dos corais –, dos inúmeros festivais já realizados e do Coral da Adufrgs, que vem ganhando força nos últimos anos com a participação em encontros e festivais.

Boa leitura!

PARA ONDE VAI a pesquisa?

De acordo com a Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, o Estado deveria investir um mínimo de 1,5% da receita líquida de impostos em Ciência e Tecnologia, através da Fapergs. Até hoje, nenhum governo conseguiu atingir esse percentual, tendo chegado muito próximo

GERMANO RIGOTTO (PMDB)

Em nosso governo, o orçamento para Ciência e Tecnologia foi o maior em seus 41 anos de existência. A verba de R\$ 22.245.240,00, proveniente de recursos do Tesouro do Estado, associada à captação de recursos através de articulação do governo junto a organismos de fomento, totalizou R\$ 29.091.185,00 investidos nos programas de formação de recursos humanos e incentivo à pesquisa. A Secretaria da Ciência e Tecnologia (SCT) possui outras duas entidades vinculadas: a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro) e a Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec). Reunindo o orçamento dessas instituições, associado aos programas da Secretaria e a outros investimentos na área, o valor aplicado em 2005 chegou a R\$ 206,4 milhões, o equivalente a 1,2% do Orçamento Geral do Estado. Isso demonstra a postura adotada pelo nosso governo em relação aos investimentos no setor.

Fotos Divulgação

OLÍVIO DUTRA (PT)

Nossa proposta para o desenvolvimento do Rio Grande tem como um dos vetores principais o desenvolvimento científico e tecnológico. O desafio a que nos propomos é constituir o Estado como uma referência na ciência e tecnologia e um pólo gerador de inovações. Para tanto será preciso constituir um ambiente voltado ao desenvolvimento científico e tecnológico que passa pela recuperação e aperfeiçoamento da Uergs, pelo ensino médio profissional e tecnológico e pelo fortalecimento das entidades voltadas a este tema, entre outras medidas. Quando governamos, aumentamos significativamente o repasse de recursos à Fapergs, embora não tenhamos conseguido atingir a cota orçamentária constitucional. Em um próximo governo, retomaremos um processo gradativo de aumento dos investimentos, a fim de se aproximar do percentual determinado pela Constituição Estadual.



Não bastassem as lutas salariais e por melhorias na infraestrutura das universidades públicas, os pesquisadores gaúchos têm de contornar outro obstáculo para exercer suas atividades: a falta de fôlego financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (Fapergs).

por João Rosito

no ano de 2001. De lá para cá, os investimentos vêm diminuindo gradativamente, sendo que em 2006 quase nada foi investido. O senhor (a) assinaria um termo, se comprometendo a aplicar em Ciência e Tecnologia o percentual mínimo de 1,5% previsto em Lei?

YEDA CRUSIUS (PSDB)

Mesmo em 2001, com aplicação de recursos na ordem de 0,38% da receita líquida de impostos próprios, não se cumpriu nem a quarta parte do repasse estabelecido pela Constituição Estadual. Não se "chegou perto", portanto, mas foi o maior, efetivamente. O volume de recursos não é o único indicativo do abandono da área. Projetos importantes para a Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul demoram muitos anos, enquanto a dinâmica de inovação ocorre em alta velocidade. O nosso governo buscará restabelecer as contas públicas para que o investimento seja gradualmente elevado aos 1,5% previsto em Lei. Assinar termos sobre questões estabelecidas em Lei é redundante. Precisamos, sim, ter a visão de implementar um novo jeito de governar, com realismo e não falsas promessas.



Motivo de desesperança para professores que coordenam e atuam em pesquisas, a situação da Fapergs é descrita por uns como "caótica". Outros reagem com ironia quando perguntados sobre possíveis demandas de auxílio da entidade para participação em congressos. "Eles enviam uma carta com o apoio, mas respondem que não têm dinheiro", relata um professor-pesquisador da Ufrgs que prefere não se identificar.

A situação já motivou uma mobilização encabeçada pela Adufrgs em 2003, quando foi realizado o "Painel em Defesa da Fapergs", com o objetivo de desencadear um amplo debate entre a comunidade científica e a sociedade sobre os rumos da Fundação. Apesar dos relatos dos pesquisadores, o diretor-presidente da entidade, João Antonio Pégas Henrique, afirma que tudo está funcionando dentro da normalidade. Ele pondera que a exigência legal de repassar para o órgão o valor correspondente a 1,5% da arrecadação líquida

nunca foi cumprida e aposta numa mudança estrutural para garantir mais dinheiro: a parceria com empresas. "Essa seria uma forma de criar outra forma de subvenção direta", diz. Entretanto, reconhece que a instituição sofre um contingenciamento de recursos, mas garante: "Vamos honrar todos os compromissos assumidos".

Enquanto os candidatos ao Governo do Estado fazem propaganda eleitoral, os pesquisadores gaúchos ainda aguardam a relação das Bolsas de Iniciação Científica (BIC) que serão concedidas este ano. A direção da Fapergs alega que a demora em anunciar os selecionados e firmar os contratos se deve à renovação dos comitês de avaliação e afirma que os benefícios serão pagos retroativos a julho e reajustados.

A revista *Adverso* questionou os seis primeiros colocados nas pesquisas para o governo do Estado sobre os rumos da Fapergs, no caso de assumirem o Piratini em 2007.



ALCEU COLLARES (PDT)

Na administração do PDT (1991-1994) a lei foi colocada em prática, quando a Fapergs recebeu dotação orçamentária de cerca de 25 milhões de dólares destinados à concessão de 1.750 bolsas anuais para pesquisadores. A Secretaria de Ciência e Tecnologia implantou, sob a orientação dos Coredes (Conselhos Regionais de Desenvolvimento), 13 Pólos de Modernização Tecnológica. Foi instituída a Rede Tchê (Sistema Estadual de Informações em Ciência e Tecnologia), com interligação inicial de 83 pontos do Estado às redes nacionais e internacionais de pesquisa e acesso sem custo. O PDT considera estratégico o fortalecimento das ações no campo da Ciência e Tecnologia, mas diante da crise nas finanças do Estado, não podemos nos comprometer, no primeiro momento, com a aplicação integral dos recursos.



FRANCISCO TURRA (PP)

Hoje a ciência e a tecnologia constituem fatores decisivos para o avanço econômico-social. A competitividade das nações está cada vez mais dependente da pesquisa e do desenvolvimento de tecnologias de ponta. Buscaremos alianças estratégicas com a iniciativa privada e a comunidade científica para a definição das políticas e projetos mais adequados. Para tanto, vamos buscar investimentos para apoiar as pesquisas, a formação de recursos humanos e o aumento de intercâmbio acadêmico; estabelecer alianças estratégicas com a comunidade científica e as lideranças empresariais para a definição e desenvolvimento de rotas científicas e tecnológicas compatíveis com potencialidades e as necessidades do Estado; privilegiar e selecionar ações que surjam do consenso e da integração entre a comunidade científica e tecnológica, o poder público e os agentes econômicos.



ROBERTO ROBAINA (PSOL)

Nosso programa de governo identificou que uma das origens da crise do Rio Grande do Sul reside na dependência tecnológica. Isso implica que o Brasil, apesar da imensa capacidade econômica do país, não conta com um mínimo de autonomia nas áreas tanto da produção econômica quanto no campo social. Daí se paga fortunas em *royalties* aos monopólios estrangeiros do setor agrícola e da área de medicamentos, por exemplo. O PSOL é claramente a favor de que o Brasil passe a investir pesadamente em tecnologia. Por isso, vamos buscar os recursos que hoje estão sendo sonegados ou destinados para privilégios e mordomias para garantir, no mínimo, o percentual de 1,5% do orçamento previsto pela Constituição Estadual.

SIMPÓSIO

Medidas sócio-educativas em xeque

Encontro reuniu pesquisadores e juristas, no início de agosto em Porto Alegre, para discutir o processo educativo destinado a adolescentes em conflito com a lei.

por João Rosito

Clarissa Pont

Enquanto a discussão sobre a idade adequada para a maioridade penal é pauta recorrente de debates, pesquisadores e juristas do Brasil e dos Estados Unidos reuniram-se em Porto Alegre para discutir a legislação e a eficácia das medidas sócio-educativas aplicadas a jovens que cometem infração. Durante o Simpósio Internacional sobre Juventude, Violência, Educação e Justiça – promovido pela Ufrgs, Universidade de Austin (Texas) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – experiências educacionais e jurídicas em curso nos dois países foram apresentadas para um público composto por professores, psicólogos, assistentes sociais, advogados, servidores das redes de assistência à criança e ao adolescente e estudantes.

Para o professor de Criminologia e Psicologia da Universidade de Buenos Aires e deputado argentino Emílio García Méndez, que proferiu a palestra de abertura do evento, “os ideais da Revolução Francesa chegaram para as crianças com 200 anos de atraso”, o que significa uma entrada tardia no “pacto da cidadania”, formalizado na Declaração dos Direitos da Criança e do Adolescente. Segundo ele, os entendimentos sobre os crimes cometidos por jovens oscilam, de forma maniqueísta, entre um “paternalismo ingênuo” – para o qual todas as causas dos delitos são de natureza psicológica, ou resultados da pobreza – e um “retribuismo hipócrita”, que vê o Direito Penal como única forma de resolver os conflitos oriundos das infrações. Méndez entende que é preciso superar essa espécie de “legislação esquizofrênica”, que



PESQUISADORES do Brasil e dos Estados Unidos debateram juventude e violência

vê as crianças e os adolescentes em conflito com a lei ora como “anjos”, ora como “demônios”. E para isso, acredita que o problema deve ser enfrentado com responsabilidade partilhada entre os diversos setores da sociedade, uma vez que, segundo ele, “quando a sociedade não dá respostas melhores, o Estado dá respostas brutais”.

Outro objetivo do simpósio, além de pôr em discussão a legislação e a execução das medidas sócio-educativas destinadas a crianças e adolescentes numa perspectiva comparada à realidade do Texas, foi enfocar como a educação pode influ-

enciar no processo e como a escola é, muitas vezes, cenário de múltiplas violências. A professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), Marília Sposito, apresentou dados da pesquisa que vem realizando sobre programas de educação “não escolar” promovidos por prefeituras de 75 municípios brasileiros. Ela traçou um perfil das iniciativas, destacando elementos comuns, como a transferência de renda, a exigência de contrapartida dos jovens (em geral, controle da frequência escolar) e adesão voluntária. De posse dos dados, a pesquisadora conclui que os programas transformam-se em repetições “degradadas” do ambiente escolar, submetendo esses jovens a dois métodos de ensino formal, ainda que estes programas apresentem-se como “educação não formal”. A professora considera que medidas como as que cobram contrapartida dos alunos acabam “penalizando” a pobreza. “Por que dos filhos da classe média que freqüentam as universidades públicas não se cobra nada?”, questiona a pesquisadora.

A coordenadora do simpósio e professora no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Ufrgs (Faced), Carmen Craidy, considera importante o diálogo entre os pesquisadores da educação e da justiça, os operadores do Direito e os profissionais envolvidos diretamente na assistência dos jovens em conflito com a lei. “Essa parceria é tão importante que estamos pensando em criar um curso de especialização, que seria promovido em conjunto pelas duas faculdades (Educação e Direito)”, anuncia.

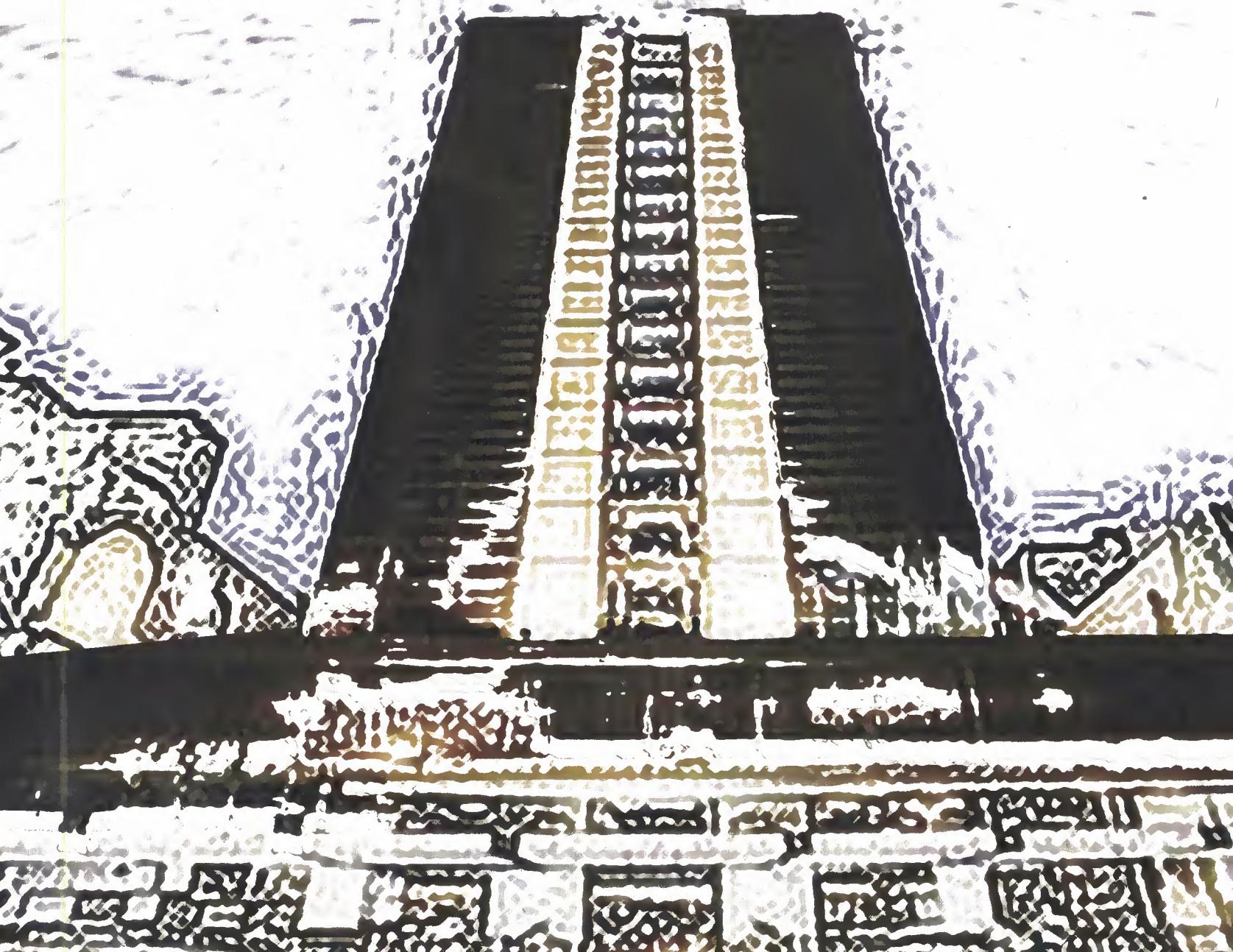
ARGENTINA

SEM PATRÃO

No centro de Buenos Aires, onde a Corrientes cruza a Callao, está o Bauen Hotel. Desde sua construção, no final da década de 70, aos dias de hoje, guarda uma rica história, que passa pela traumática quebra da economia argentina em 2001 e pela heróica recuperação através das mãos de seus trabalhadores.

Atualmente, o hotel é considerado símbolo do Movimento de Empresas Recuperadas na Argentina e um significativo exemplo de economia solidária para o resto do mundo.

por Clarissa Pont
de Buenos Aires



Logo na entrada, a pequena livraria da recepção exibe na vitrine "Sin Patrón – Fabricas y empresas recuperadas por sus trabajadores". A capa do livro já dá uma idéia, para quem entra, da história que o hotel guarda. Desde sua edificação, no centro da capital Argentina na década de 70, à situação atual, o Bauen (construção em alemão), outra dica do lento processo de quebra e retomada da empresa pelos trabalhadores, é símbolo do Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER).

O Movimento surgiu na Argentina pós 2001 como única forma de superar a crise e reinserir no mercado de trabalho milhares de desempregados. Hoje são mais de 200 empresas recuperadas, funcionando como cooperativas, ou em processo de recuperação. A luta atual do Movimento é para que a Lei de Expropriação, que permite o funcionamento das cooperativas de Buenos Aires, exista em todo o país.

Na agitada recepção do Bauen, e por todos 22 andares do prédio, circulam 150 funcionários. No salão que recebe os hóspedes, apenas uma placa e um livro para recolher assinaturas de apoio aos trabalhadores indicam que o grupo inicial que tomou o hotel era de 30 pessoas. Escondida alguns andares acima da recepção, funciona a sala de imprensa, criada para atender à demanda jornalística interessada pelo que acontece ali. O local é uma espécie de QG das empresas recuperadas.

RETRATO DO LUXO

A história do Bauen é muito particular. Construído em 1978, para a Copa do Mundo na Argentina, o hotel deveria ser o retrato do luxo de Buenos Aires. A família Iurcovich – importante grupo econômico que maneja outros negócios pelo país – construiu o hotel alicerçado numa estreita relação com a Ditadura Militar. A manobra consistia em tomar créditos de bancos públicos, construir empresas e depois não devolver um centavo, coisa comum na Argentina de 30 anos atrás. No caso do Bauen, o crédito veio do Banades (*Banco Nacional de Desarrollo*) e sobrou dinheiro para a construção de mais dois hotéis, o Bauen Suítes, atrás do primeiro, e o Bauen Cabanas, em Búzios, no Rio de Janeiro. O Banades nunca viu a cor dos pesos investidos, a ponto de falir e a dívida hoje ser reclamada pelo *Banco de la Nación Argentina*. "Para que não tomassem o hotel, os Iurcovich moveram uma ação judicial afirmado que o Banades entregara o dinheiro fora do tempo combinado", conta Federico Tonarelli, do MNER. A família então instaurou um juízo ao estado argentino e ganhou. No final, a negociata permitiu a construção de três hotéis sem um centavo e o Estado que passou a lhes dever dinheiro.

Os Iurcovich administraram o Bauen até 1997 e, neste período, mudaram a razão social do empreendimento como quem troca os lençóis e as toalhas dos quartos. A cada manobra destas, trabalhadores perdiam continuidade na empresa, demitidos e recontratados. O atual presidente da cooperativa, Marcelo Ruarte, trabalha na recepção desde 78 e tem na carteira de trabalho carimbos de seis empresas diferentes. Em 97, os Iurcovich venderam o Bauen a um investidor chileno chamado Solaris. A venda foi um tanto obscura e permitiu apenas a administração do hotel, deixando o imóvel fora do negócio.

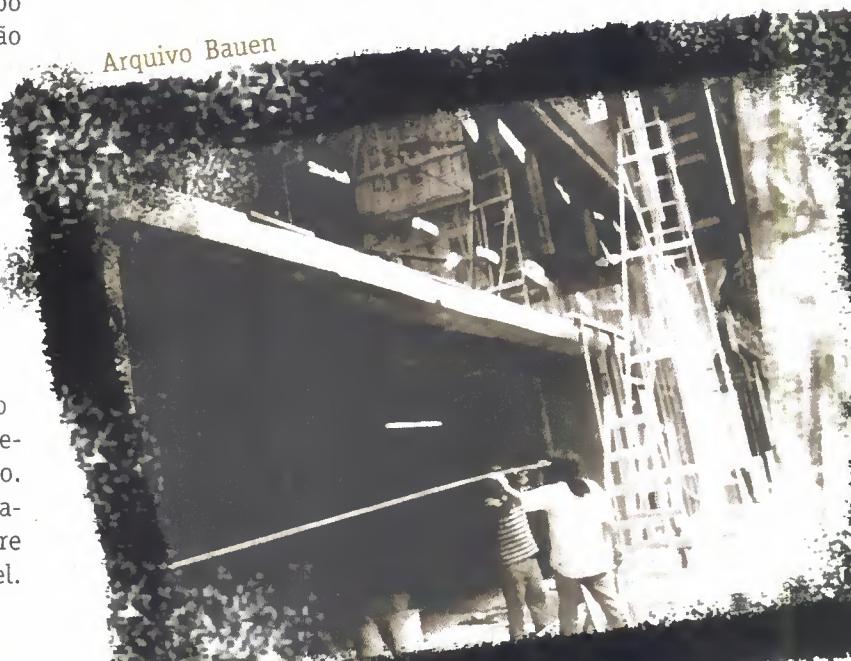
No dia 28 de dezembro de 2001 (auge da crise que desestabilizou uma Argentina acostumada à ilusória paridade entre o peso e o dólar), o grupo chileno decretou a falência do hotel.

A cena da manhã do dia 28 foi apenas mais uma peça no quebra-cabeça dantesco da história do Bauen: os funcionários chegaram para trabalhar e encontraram os gerentes do hotel na recepção avisando "muchachos, vocês vão ter que acomodar os hóspedes em outros hotéis da zona porque o hotel fecha hoje". Como resultado, 80 trabalhadores desempregados, sem dinheiro, três dias antes do final do ano.

VIAGEM NO TEMPO

Entrar na antiga discoteca do Bauen é a melhor forma de viajar no tempo até 2002, ano em que o hotel permaneceu fechado, cercado por tapumes que impediam a entrada de qualquer pessoa. O lugar, que já foi dos mais luxuosos da cidade, hoje está do chão ao teto degradado. Espelhos, sistema de iluminação, tudo foi arrancado. Isso porque, quando o Bauen fechou, o Bauen Suítes, que se liga ao primeiro pelas garagens do subsolo, permaneceu aberto, o que permitiu aos Iurcovich continuarem alugando os salões, além de saquearem dos cobertores e travesseiros aos televisores. Hoje, quartos e salões estão reformados, apenas a discoteca e a piscina seguem desativadas.

Do lado de fora dos tapumes, e sem ter idéia do que acontecia lá dentro, um grupo de 30 antigos trabalhadores do Bauen decidiu montar uma cooperativa. Um ano e meio depois da manhã do dia 28 de dezembro de 2001, avaliaram que era hora de retomar o Hotel. No dia 21 de março de 2003, o grupo se encontrou na esquina das avenidas Callao e Corrientes com outros militantes e ativistas. Trabalhadores do MNER e gente ligada às assembleias populares (reuniões que, durante a crise, juntavam populares em praças de toda Argentina para pensar caminhos após o fim da paridade) somaram mais de 100 pessoas na tomada do Bauen. "Tivemos que entrar pelo Bauen Suítes, os trabalhadores de ambos empreendimentos se conheciam porque eram da mesma empresa, e chegar até a rampa do estacionamento no subsolo. Ali quebramos o cadeado da porta que separava os dois prédios e entramos. O que se viu foi um ninho de ratos, o prédio estava destruído", conta Tonarelli. Levou mais um ano para que, no início de 2004, os trabalhadores pudesssem reabrir o espaço minimamente, com alguns salões funcionando e poucos quartos.



Arquivo Bauen

A conversa com Federico Tonarelli, militante da esquerda argentina e membro do MNER, aconteceu no café do Bauen Hotel em julho deste ano. Os trechos a seguir contam detalhes da história do Bauen e colocam em perspectiva a luta do Movimento.

>>>



"Os Iurcovich podem ser os donos legais, mas nós somos os legítimos"

As negociações envolvendo o Bauen foram várias. Porque, se os Iurcovich supostamente venderam o hotel para o grupo Solaris, quem quebrou e deve aos funcionários é o segundo. Acontece que o imóvel segue pertencendo à família Iurcovich. O que não estamos ainda em condições de provar, mas vamos provar que existe uma combinação deixando o imóvel fora da falência. Caso contrário, poderíamos arrematar o prédio para que se pague aos trabalhadores e ao Estado. O que se reivindica publicamente é que os Iurcovich podem ser os donos legais, mas nós somos os donos legítimos do hotel.

"Recebemos muita ajuda da Venezuela"

Do dia que tomamos o hotel até 2004 foi um pouco desesperador porque estes 30 trabalhadores iniciais não tinham dinheiro nem pra comer. As outras cooperativas ajudavam e o governo venezuelano – porque Hugo Chávez vê com lupa todos esses processos – enviou a Orquestra Filarmônica Juvenil para fazer concertos e arrecadar verbas. Eles ficaram muito surpresos com a história do Bauen, porque na Venezuela estes processos estão sendo incentivados. Quando uma empresa fecha, os trabalhadores são estimulados a transformá-la em cooperativa. O governo concede capital e, ainda por cima, compra a produção para garantir o funcionamento. E aqui, sem ajuda alguma do Estado, uma empresa recuperada seguia adiante. Recebemos muita ajuda da Venezuela, mesmo sabendo que os quartos não estavam em perfeito estado, mandavam gente pra se hospedar aqui, foram muito solidários.

"Alugávamos os salões em troca de detergente"

Há outra empresa recuperada, a fábrica de porcelana mais importante do país chamada Zanon (localizada no interior da Argentina), que forneceu todas as cerâmicas para reparar o hotel e ainda dinheiro; eles recuperaram a empresa muito antes, são grandes e funcionam bem. Nós alugávamos os salões em troca de detergente. Alguém vinha alugar um salão, gente que sabia da nossa situação, e perguntava do que precisávamos, nós respondíamos: 100 litros de detergente. Tínhamos que lavar os travesseiros. Tudo muito precário, mas chegamos em 2004 com condições de reabrir o hotel.

"Empresas davam férias coletivas e quando os empregados retornavam, encontravam as portas fechadas"

A assembléia onde se decidiu formar a cooperativa do Bauen foi feita numa outra empresa recuperada, a gráfica Chilavert. Mas é importante deixar claro que os trabalhadores ali reunidos não eram todos conscientes do processo, e sim muita gente com mais de 40 anos que não teria como ingressar no mercado de trabalho. O desespero era tanto que se atreviam a tomar a propriedade privada de um dono. Claro, sem considerar o crédito do Banades e todas as outras questões que nem todos elaboravam com precisão. Isso começou a acontecer em todo lugar. Empresas davam férias coletivas, porque não havia produção e o país estava parado, quando os empregados retornavam, encontravam as portas fechadas. Na maioria das vezes, as máquinas já tinham sumido. O processo de recuperação de empresas está focalizado neste tipo de situação. São casos de esvaziamento, de anos sem salários, de dar dez pesos aos trabalhadores todas as sextas-feiras para que vivessem com isso. Um desastre. A mentira do neoliberalismo. E os que sustentavam, na época do um (dólar) a um (peso), que a situação era ilusória, eram considerados do contra.

"Hoje nos expulsariam a bala"

Quando entramos no Bauen, conseguimos com a Justiça Comercial uma permissão para que os trabalhadores utilizassem o hotel. Outorgaram isso porque consideraram que havia toda uma manobra estranha de compra e venda, entenderam que o mais seguro era dar uma permissão à cooperativa para custodiar o hotel. Fizemos mais que isso, não só custodiamos, mas arrumamos tudo. E isso é 100% político. Na época (da crise argentina) havia condições para um processo destas características e uma relação de forças muito favorável para tentar resistir e reabrir o Bauen. Hoje, com uma sociedade minimamente recomposta, seria bem mais difícil a invasão de uma propriedade na esquina de duas avenidas importantíssimas, para não dizer que nos expulsariam a bala.

"O Bauen é simbólico, se ganhamos este conflito, podemos ganhar todos"

As recuperações anteriores a esta, de empresas bem menores, foram muito difíceis. A gráfica Chilavert, quando foi retomada, produzia o pouco que podia. Foram encaminhados mil exemplares de uma cartilha e, no dia que estavam terminando de produzir o material, a polícia chegou para fechar a fábrica. Chamaram-nos (o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas) por um telefone público e todos que podiam foram até lá. Eles trabalhando lá dentro e nós na porta brigando com a polícia para que não entrassem. E a Chilavert é uma gráfica de 12 trabalhadores. É importante deixar claro que criamos tantos postos de trabalho porque, quando muda o câmbio econômico do um a um fictício para o três a um real, há novamente uma demanda hoteleira em Buenos Aires. A gráfica Chilavert gerou quatro postos de trabalho e nós conseguimos pular de 30 para 150 porque somos um hotel. Mas o Bauen é simbólico, se ganhamos este conflito, podemos ganhar todos. É a grande briga em Buenos Aires. Esses trabalhadores novos, depois dos seis primeiros meses, já são associados da cooperativa. Há assembleias quase toda semana, o que também é complicado. Tudo que podemos é comprado de empresas do Movimento ou de empresas cooperativadas. Há coisas que infelizmente não conseguimos, por exemplo, não existem agências de viagem cooperativadas, o que é uma pena. Temos que lidar com os agentes de turismo convencionais.

"Temos discutido se é solidário gerar cinco postos de trabalho numa mesma família"

Aconteceu um processo em muitas empresas recuperadas argentinas que pode ser humano e bonito à primeira vista, mas depois não se mostra muito bom. A primeira coisa que as pessoas querem quando vêm que podem recuperar seus empregos com a cooperativa é delegar os novos postos de trabalho aos mais próximos, como filhos e irmãos. Em todas as empresas recuperadas, existem famílias inteiras trabalhando. Claro que é muito humano um pai poder oferecer uma oportunidade de trabalho a um filho, ainda mais na situação em que estava a Argentina. Temos discutido se é realmente solidário, num país que tem 50% de sua gente abaixo da linha da pobreza, gerar cinco postos de trabalho numa família quando poderiam ser cinco famílias com um posto de trabalho cada. É uma discussão que temos no Bauen, os 30 trabalhadores originários decidiram que priorizariam as famílias. Existem outros debates na Argentina também, há grupos que discutem a estatização de todas as empresas recuperadas, o que eu considero inviável no momento. Agora o negócio é organizar as cooperativas de trabalho e depois, no processo, avaliar o que é melhor. O movimento das empresas recuperadas é um processo grande e gera condições democráticas e de cooperativismo, mas é muito difícil também. Porque há reminiscências

da etapa anterior, não há como apertar um botão on/off no trabalhador que o transforme, de assalariado a cooperativado. Aqui mesmo repetem-se práticas e relações de produção de exploração, há que trabalhar todo dia isso, porque tem gente que está na mesma função há muito tempo e tem relações de superior com os colegas. Queremos que o movimento de empresas recuperadas avance nisso e se transforme em algo mais orgânico. Não temos uma tradição ligada ao cooperativismo. Na Argentina, se criaram sindicatos, cooperativas, berços do Partido Socialista Argentino, fundado no fim do século 19. Com a Revolução Russa, há uma quebra no Partido Socialista, como na maioria dos países do mundo, e é criado o Partido Comunista, que (na Argentina) primeiro se chama Partido Socialista Internacional. A tradição cooperativista vem de trabalhadores imigrantes europeus que chegam à Argentina. O processo de recuperação de empresas nosso de hoje não tem essa tradição, ele surge de outro contexto histórico. São empresas recuperadas pelos trabalhadores que depois se transformam em cooperativas de trabalho.



"Ocupar, resistir e produzir"

O Movimento de Empresas Recuperadas é anterior ao Bauen, começou com uma empresa metalúrgica muito grande aqui de Buenos Aires, a Impa. Era uma cooperativa de trabalho fictícia, que se transformou numa empresa capitalista com um grupo que a dirigia e os trabalhadores não sabiam nada do que estava passando. Este processo se modificou em 1999. A empresa quase desapareceu, por causa deste grupo que a administrava. Os trabalhadores recuperaram a empresa e refundaram a cooperativa, embora ela já existisse há mais de 50 anos. Aí surgiu o Movimento. Usamos o mesmo lema do MST brasileiro: ocupar, resistir e produzir. Estamos bem em ocupar e resistir, mas queremos produzir melhor. A fase agora é de capacitar companheiros, para que se possa seguir em frente. A Argentina, em 2001, sofreu um processo de explosão da crise e muitas empresas quebraram ou fecharam. Outras, por uma manobra econômica, fecharam e reabriram com outro nome, deixando os trabalhadores sem os salários e desempregados. Isso aconteceu muito. É interessante ressaltar que todas as empresas recuperadas que se transformaram em cooperativas de trabalho existem legalmente. Há um órgão do Estado que regula as mutuárias e as cooperativas, o Inaes (Instituto Nacional de Associativismo y Economia Social). Na fábrica de cerâmica Zanon, por exemplo, são 500 trabalhadores. Quando se recuperou a empresa, eram 250. A coisa está tão bem que eles podem até fazer doações, a sala de saúde pública da localidade onde está a Zanon – que o governo nunca terminou em 15 anos – eles concluíram com doações.

"O peronismo aumentou o nível de vida dos trabalhadores até a metade do século 20, para depois destruí-lo nos anos 90"

A relação com o Governo Kirchner, em relação aos outros, é melhor. Mas é muito contraditório também. Há setores do governo que têm muita simpatia ao Movimento e outros que não querem nem saber. Isso é próprio do peronismo. O movimento peronista na Argentina é muito complexo, muito argentino mesmo, é um movimento político que está cruzado por todas as correntes que se possa imaginar. Alguém te dizer que é peronista é como não dizer nada, porque tanto pode ser um fascista recalcitrante como um ultra-esquerdista. O peronismo aumentou o nível de vida dos trabalhadores até a metade do século 20, para depois destruí-lo nos anos 90. Na década de 40, a esquerda argentina perdeu quase todos sindicatos para o peronismo, que também se encarregou de liquidar aqueles que sobraram para fazer oposição. Na questão do Bauen, há ainda outra história em relação aos governos. O hotel deve à cidade de Buenos Aires impostos de toda

a vida. O empreendimento não estava habilitado como hotel, trabalharam de 78 até 2001 sem habilitação. Aqui existe um imposto chamado ABL (Alumbrado, Barrido y Limpieza), que chegava em boletos para cada um dos quartos. O Bauen estava registrado como um edifício de apartamentos convencional. Isso passa pela combinação política ilegal desta gente que administrava. Passou a Ditadura Militar, logo dois governos democráticos – Alfonsín e dois mandatos de Menem – e o hotel funcionava sem habilitação e sem que o governo reclamassem essa dívida.



CÂNCER DE MAMA

Genética investiga causas de maior incidência no RS

Mulheres com baixo poder aquisitivo, que poderiam passar meses na fila do Sistema Único de Saúde (SUS) por um tratamento para câncer de mama, têm pronto atendimento, por uma equipe multidisciplinar, através de um programa de prevenção que conta com a participação de pesquisadores da Ufrgs na área de genética.

Quase 10 mil mulheres de Porto Alegre – recrutadas em postos de saúde da periferia entre 2004 e 2006 – que tiveram câncer de mama ou têm histórico na família, serão acompanhadas até 2014 por um programa de prevenção que tem como principal objetivo diminuir a mortalidade em decorrência da doença. Por razões que a ciência ainda não identificou, o câncer de mama é a principal causa de morte em mulheres entre 30 e 49 anos no Rio Grande do Sul.

Segundo Patrícia Ashton-Prolla, médica geneticista ligada ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) e professora no Programa de Pós-Graduação em Genética e Biologia Molecular da Ufrgs, não há pesquisas que comprovem a relação da maior incidência de câncer de mama no Rio Grande Sul com qualquer fator externo peculiar do estado. Questões ligadas à etnia (forte descendência européia e indígena) ou à alimentação (maior consumo de carne vermelha) até agora não passam de hipóteses. Os pesquisadores da Ufrgs investigam, através de exames de DNA, se existe uma relação direta entre o aparecimento do câncer e a presença de POLIMORFISMOS¹.

O que se detectou até agora em mulheres gaúchas entre 40 e 69 anos, de acordo com a médica, foi a incidência significativa de uma alteração no DNA, considerada rara, que pode levar a uma predisposição ao câncer. Segundo Patrícia, o número de pacientes investigadas que apresentaram a anomalia rara é quase o mesmo das que têm a mais comum, o que formaliza um quadro ímpar no País. A des-

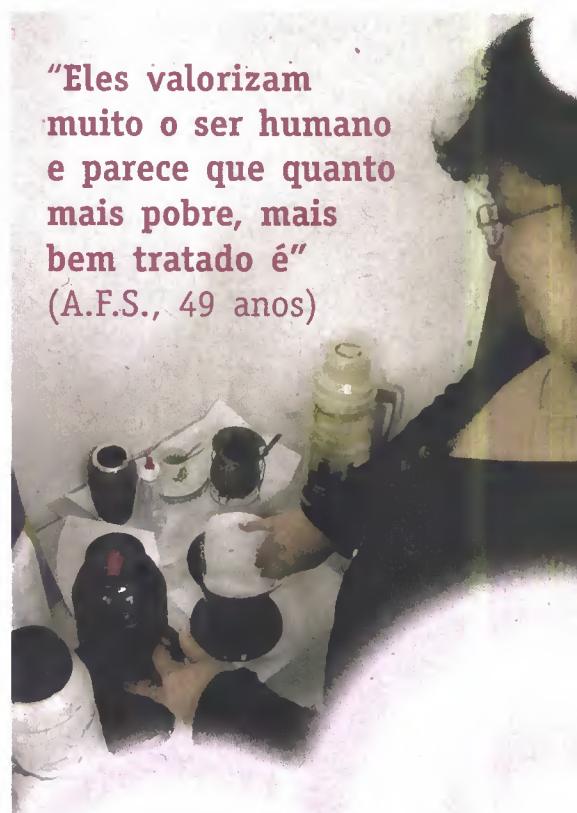
coberta levou uma das bolsistas do PPG em Genética da Ufrgs à International Agency Research in Cancer (Iarc), na França, para estudar com mais detalhes a chamada síndrome de Li-Fraumeni.

A principal meta dos pesquisadores – além de Patrícia estão envolvidos os professores Roberto Giugliani, Lavínia Schüler-Faccini e Suzi Camey – é criar uma ferramenta simples que possa auxiliar o profissional de saúde na identificação de pessoas com propensão ao câncer de mama. “Queremos saber se realmente os fatores genéticos contribuem para a grande incidência no Rio Grande do Sul. E a partir daí, sugerir à Secretaria da Saúde a criação de um serviço especial de avaliação de risco genético”, informa Patrícia.

Importância do DIAGNÓSTICO PRECOCE

A detecção e retirada do tumor em estágio inicial (até 1 cm de diâmetro), fato já comprovado na prática, proporcionam 95% de chance de cura. Aí entra o grande diferencial entre o tratamento oferecido pelo NÚCLEO MAMA PORTO ALEGRE², localizado no Hospital Parque Belém, e o disponível no Sistema Único de Saúde (SUS): o tempo entre os atendimentos necessários. Segundo Patrícia, recomenda-se que após a detecção da doença, a cirurgia para retirada do nódulo seja feita dentro de 15 dias. Pelo SUS, uma paciente pode esperar até seis meses entre o diagnóstico e a cirurgia. Nesse espaço de tempo, alerta a geneticista, o tumor pode evoluir a ponto de inviabilizar a cura.

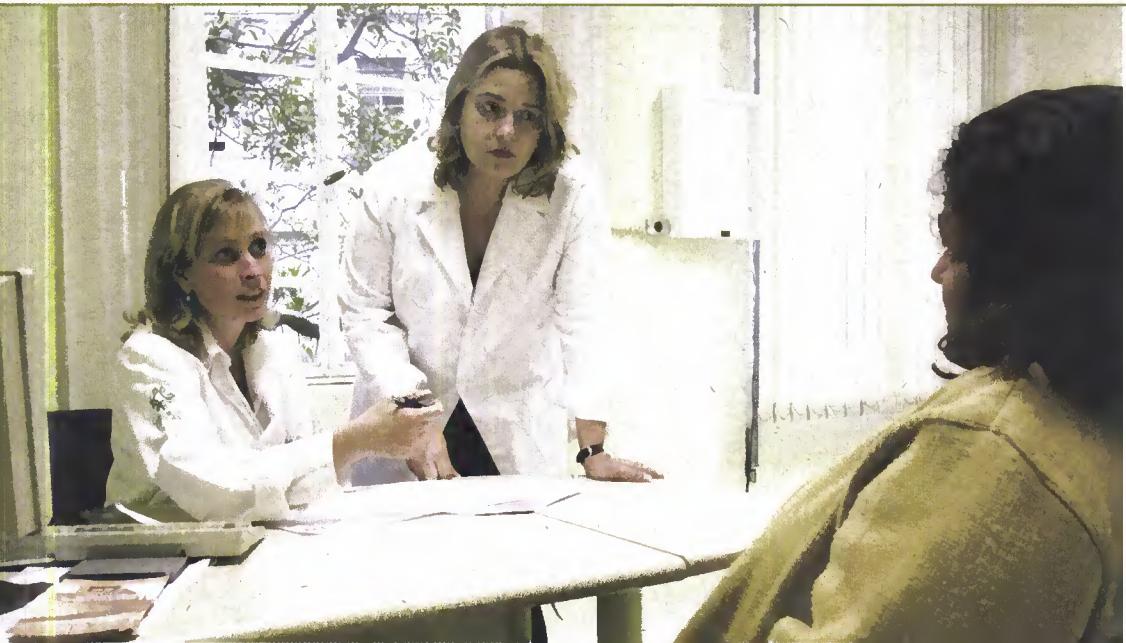
“Eles valorizam muito o ser humano e parece que quanto mais pobre, mais bem tratado é”
(A.F.S., 49 anos)



¹ Segundo o dicionário Aurélio, POLIMORFISMO na Genética significa “ocorrência simultânea, na população, de genomas que apresentam variações nos alelos de um mesmo lócus, resultando em diferentes fenótipos, cada um com uma freqüência determinada”.

² O NÚCLEO MAMA PORTO ALEGRE é mantido pela Fundação Moinhos de Vento com o apoio do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul e da Secretaria Municipal de Saúde, tendo como parceira a Ufrgs, através do Departamento de Genética do Instituto de Biociências e do Serviço de Genética Médica do HCPA.

Foto: Clarissa Pont



INTEGRAÇÃO: paciente é atendida por equipe multidisciplinar

Segundo a enfermeira Giovana Skonieski, que atua principalmente no trabalho de triagem, a maioria das mulheres com diagnóstico positivo que chegou ao Núcleo foi curada, porque o nódulo estava ainda em estágio inicial. Ela ressalta que há um rigoroso controle de qualidade do trabalho realizado, que tem como principal objetivo monitorar de perto a saúde dessas mulheres, de maneira que as que vierem a desenvolver o câncer de mama possam ter um diagnóstico precoce, acesso ao tratamento adequado e à cura.

Cerca de 1.300 das mulheres que participam da pesquisa apresentaram histórico familiar de câncer de mama. Essas e outras 750 escolhidas aleatoriamente estão participando do rastreamento genético.

As com idade entre 40 e 69 anos fazem mamografia anualmente e recebem toda assistência necessária. Exames e cirurgias são feitos no próprio núcleo e no bloco cirúrgico do Hospital Parque Belém. Apenas as que necessitam de radioterapia ou quimioterapia são encaminhadas para outras unidades.

A baixa escolaridade – que se 5% das pacientes são analfabetas e cerca de 70% concluíram o Ensino Fundamental ou apenas as séries iniciais – e a consequente falta de informação tem dificultado um pouco a pesquisa, especialmente no que diz respeito ao levantamento histórico, uma vez que a maioria das mulheres não sabe com precisão qual foi a causa de morte de seus antepassados próximos. Para confirmar dados, os pesquisadores buscam laudos médicos, atestados

de óbitos e exames de patologia clínica.

Além dos possíveis fatores hereditários, o grupo investiga também a ligação do aparecimento do câncer de mama com o consumo de álcool, fumo e com o sobrepeso. Aí entra o trabalho das nutricionistas, que prescrevem uma dieta e acompanham a evolução da paciente. A vida sofrida dessas mulheres e a situação de se ver cara a cara com o câncer demanda muitas vezes um acompanhamento psicológico, também oferecido pelo Núcleo.

AGILIDADE E VALORIZAÇÃO do ser humano

Há cerca de dois anos, A.F.S., 49 anos, serviços gerais, procurou o posto de saúde da Ilha da Pintada, onde mora, para exames ginecológicos de rotina. Pelo fato da irmã mais nova ter tido câncer de mama ela foi encaminhada ao Núcleo Mama Porto Alegre, que providenciou todos os exames necessários. Felizmente os resultados deram negativo, mas A.F.S. será acompanhada ao longo da pesquisa, inclusive sendo submetida aos testes que detectam possíveis alterações no DNA. Usuária do SUS, acostumada a enfrentar intermináveis filas e esperar meses por um atendimento, a paciente ficou surpresa com a agilidade do trabalho do Núcleo e diz que nunca foi tão bem orientada. "Acho que isso é inédito, até mesmo no serviço particular. Eles valorizam muito o ser humano e parece que quanto mais pobre, mais bem tratado é", relata.

ACONTECE

INTERCÂMBIO

O Consun aprovou, no início de setembro, uma proposta de acordo de cooperação entre o Instituto de Geociências e a Universidade de Poitiers, na França. O acordo deverá ser ampliado, com a finalidade de estender ao Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS - França) as atividades de intercâmbio acadêmico e científico previstas no documento original.

PRÊMIO

A Secretaria do Patrimônio Histórico da Ufrgs recebeu o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) na categoria Apoio Institucional e/ou Financeiro pelo projeto de resgate do patrimônio histórico. O Prêmio foi criado em 1987 em reconhecimento a ações de preservação e divulgação do patrimônio cultural brasileiro e é oferecido todo ano a empresas, instituições ou pessoas.

ESTE ESPAÇO FOI CRIADO
PARA MOSTRAR O COTIDIANO
NOS CAMPI DA UFRGS E OS
TRABALHOS DESENVOLVIDOS
POR PESQUISADORES NA
UNIVERSIDADE. ENVIE
SUGESTÕES DE TEMAS E
QUESTÕES QUE ENVOLVAM A
COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

Um novo estado DO MUNDO

Trágicas labaredas de verão no incêndio permanente do mais antigo conflito planetário, as recentes hostilidades em Gaza e no Líbano testemunham, cada uma à sua maneira, características da nova situação mundial, cinco anos após os atentados do 11 de setembro. Deduzidos a partir deste contexto e a título de esboço cartográfico para ajudar a caminhada nos labirintos da atualidade, eis aqui, em quatro observações gerais e dez breves considerações, alguns modestos elementos de orientação.

Primeira observação geral

O fenômeno central de nossa época, a globalização econômica, não parece influenciar diretamente os confrontos no Oriente Médio. Nem atiçá-los e tampouco apaziguá-los, o que confirmaria dois postulados: o caráter arcaico desta guerra em que se mesclam, como no século 19, disputas territoriais, tensões oriundas de nacionalismos e fervor religioso; e o equívoco da ideologia liberal de acreditar que o simples aumento do livre comércio gera a paz.

Segunda observação geral

O fato de o Oriente Médio encontrar-se mais uma vez sob o foco da mídia não deve permitir que se esqueça a importância estratégica da Ásia. É lá que se está desenrolando em grande parte o destino do século 21, devido ao crescimento dos dois gigantes, Índia e China. E tendo em vista que os perigos de conflitos entre a China e Taiwan, Coréia do Norte e Japão, Índia e Paquistão, não são de se menosprezar... Tampouco se deve subestimar a África sub-saariana, onde se acumulam problemas de todos os gêneros (como os da miséria extrema e migração clandestina) que terminarão por explodir diante dos países ricos.

Terceira observação geral

A guerra nuclear torna-se novamente uma das duas maiores ameaças que pesam sobre o mundo (a outra é a catástrofe ecológica). Israel que, durante os recentes combates, penou para impor-se claramente através de meios militares convencionais, possui armamento nuclear. No entanto, não aderiu ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear, do mesmo modo que dois outros Estados rivais: o Paquistão e a Índia. Não longe deste teatro, três potências nucleares investiram militarmente e fracassaram: os Estados Unidos, o Reino Unido e a Rússia. As duas primeiras no Iraque e no Afeganistão e a terceira na Chechênia. Além disso, a mais importante aliança militar, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da qual a França (ela própria uma potência

nuclear) faz parte, também combate no Afeganistão.

Ainda que os perigos de conflito nuclear existam em outros lugares – península coreana e estreito de Taiwan – na zona que se estende das fronteiras ocidentais da Índia até o Canal de Suez, concentra-se o arsenal mais devastador de todos os tempos. Excetuando a China, todas as grandes potências são militarmente ativas ali. Uma simples faísca pode levar a uma deflagração...

Esta é a razão por que a gestão das crises, que se sucederam na região, requer um saber diplomático cuja chave apenas as Nações Unidas possuem. Mas como isso acaba de ser mostrado no Líbano, a ONU, em sua configuração atual, permanece indispensável e ao mesmo tempo terrivelmente impotente diante dos grandes contenciosos (das grandes incertezas) contemporâneos. Quanto à União Européia, escolada pela sua longa história de guerras desastrosas, constituiria o melhor dos mediadores... caso não continuasse a ser um anão político.

Quarta observação geral

Para compreender as estratégias em prática atualmente, convém distinguir bem os três tabuleiros de xadrez sobre os quais se joga o nosso futuro: o militar, onde dominam os Estados-Nações, condicionados pelo fator territorial e pelos ciclos eleitorais curtos (o que os torna pouco aptos a abordar os problemas planetários e de longo prazo). Aqui a supremacia dos Estados Unidos é total, assim como sua vontade de impor um mundo unipolar; o econômico e comercial, onde funcionam em regime integral as lógicas da globalização definidas pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Onde reinam as empresas privadas e os interesses financeiros em uma multiplicidade de trocas que deixa entrever a perspectiva de um mundo multipolar; o ecológico e social, onde se acumulam problemas em três níveis relativos ao meio ambiente (alteração climática, efeito-estufa, poluição, desmatamento, água potável, biodiversidade); à necessidade de novas regras internacionais (para lutar contra a injustiça da ordem mundial que alimenta as tensões internacionais, para gerenciar as migrações, a utilização de transgênicos, a propriedade intelectual, pesquisas genéticas, evasão fiscal e delinqüências modernas). E também o destino das populações da Terra (África, pandemias, miséria, desigualdades quanto ao acesso à Internet, grandes aglomerações, fome, educação, trabalho, catástrofes naturais), onde predominam pobreza, desordens, perigos e caos.

Entre estes três tabuleiros de xadrez as articulações são aleatórias. Freqüentemente evidentes, às vezes inexistentes, e em certos casos, enigmáticas.

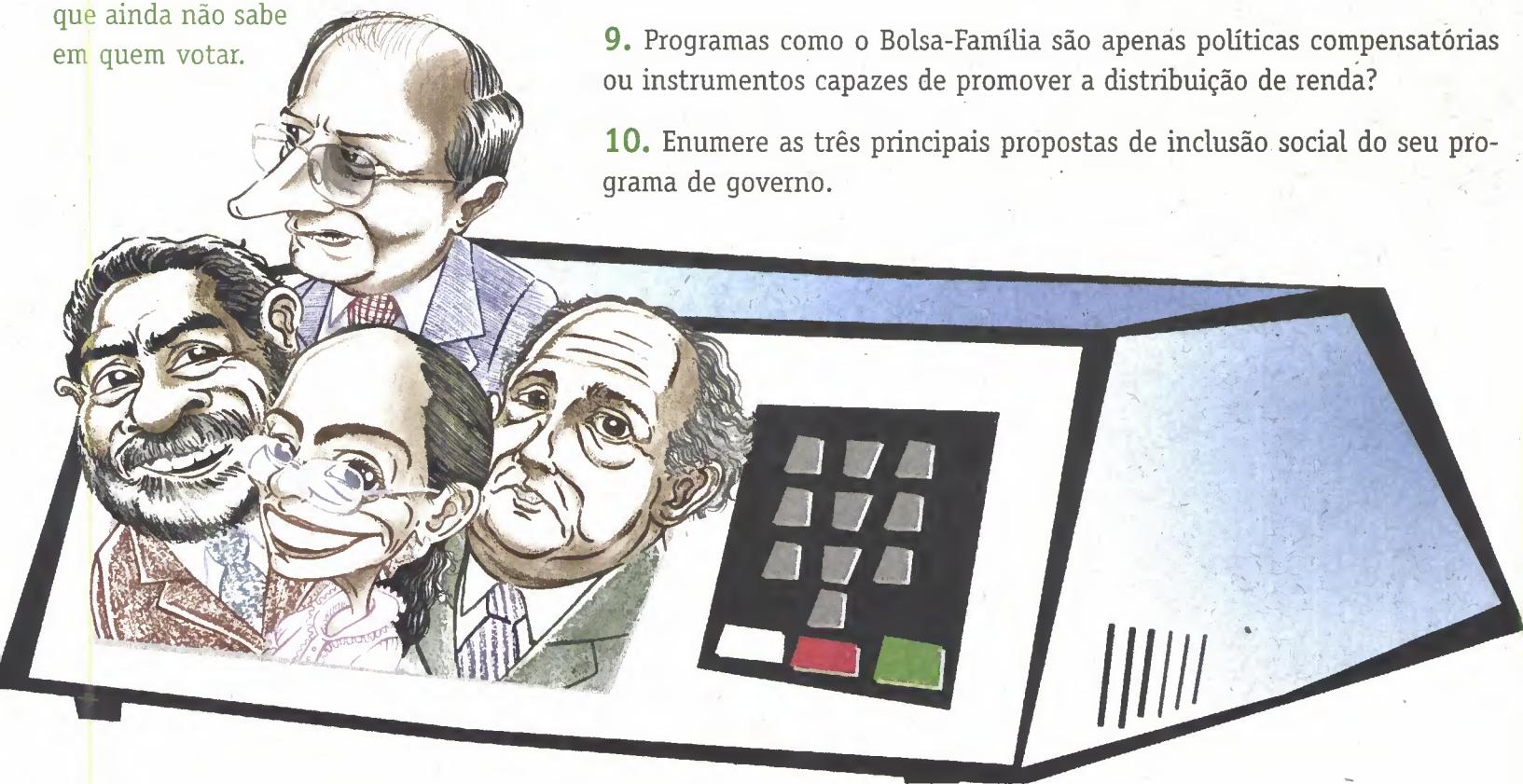
(Integra do artigo disponível no www.adufrgs.org.br, seção Notícias)

por Ignacio Ramonet
Jornalista e diretor-presidente do Le Monde Diplomatique. Tradução de Simone Petreira Gonçalves. Reproduzido do Le Monde Diplomatique Brasil.

No dia 1º de outubro, milhões de brasileiros irão às urnas para escolher quem vai governar o País nos próximos quatro anos. A revista Adverso ouviu os quatro primeiros colocados nas pesquisas sobre questões que envolvem economia, educação, serviço público, política internacional e inclusão social. No dia 11 de agosto, foram enviadas por correio eletrônico para as assessorias dos candidatos Luiz Inácio Lula da Silva, Geraldo Alckmin, Heloísa Helena e Cristóvam Buarque as perguntas que seguem abaixo. Esperamos que as respostas possam trazer algum esclarecimento aos leitores, especialmente àqueles que fazem parte do pequeno percentual que ainda não sabe em quem votar.

PROPOSTAS PARA O BRASIL

- 1.** O que precisa mudar e o que deve ser mantido na política econômica?
- 2.** Qual é o papel da Universidade Pública hoje?
- 3.** Enumere as três principais propostas do seu programa de governo no sentido de fortalecer e qualificar o Ensino Superior Público.
- 4.** Durante os oito anos do governo FHC, o funcionalismo praticamente não recebeu reajuste salarial. No atual governo, houve apenas reajustes diferenciados que mal cobriram as perdas inflacionárias do período. Qual o seu compromisso com a reposição das perdas acumuladas?
- 5.** Na sua opinião, a qualificação do servidor e do serviço público passa por...?
- 6.** Se eleito(a), qual será a posição do seu governo em relação à Alca (Área de Livre Comércio das Américas)?
- 7.** Na sua opinião, qual é o futuro do Mercosul?
- 8.** O senhor(a) acha que a Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas) – proposta de integração regional defendida por Hugo Chávez – é uma alternativa para a América Latina e Caribe?
- 9.** Programas como o Bolsa-Família são apenas políticas compensatórias ou instrumentos capazes de promover a distribuição de renda?
- 10.** Enumere as três principais propostas de inclusão social do seu programa de governo.



1. O governo Lula implantou um modelo de política econômica que promoveu mudanças substanciais no País. Temos crescimento das exportações, da produção industrial, do emprego, do crédito, da balança comercial, da balança de conta-corrente. Controlamos a inflação que, no final do ano, deve ficar abaixo da própria meta fixada pelo governo (4,5%). Produzimos um importante superávit nas contas externas e conseguimos baixar os juros para 14,25%. Além disso, temos flutuação cambial, mas com uma grande redução na vulnerabilidade externa, fruto de uma política externa e de um comércio exterior que não existia no governo anterior. Num segundo mandato, o governo Lula dará maior impulso ao crescimento econômico e à geração de empregos. Vamos ampliar o mercado interno, às exportações e continuar combatendo a exclusão social, a pobreza e a desigualdade.

2. A universidade pública cumpre um papel de suma importância dentro de nosso projeto de desenvolvimento sustentável para o Brasil. A política de ciência e tecnologia necessária para a inovação industrial, agrícola e de serviços, conta com a participação das universidades públicas e dos centros de pesquisas. O governo Lula demonstrou, com medidas práticas, a importância dada às universidades públicas com a criação de dez universidades e 48 extensões universitárias; envio ao Congresso Nacional do projeto de Reforma Universitária; contratação de mais de 7 mil professores e aumento em 25% do orçamento global das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes).

3. - Aprofundar a expansão do ensino superior de qualidade com criação de novas universidades e mais vagas nas federais existentes; ampliação do Prouni; aprovação da Reforma Universitária; desenvolvimento do Plano Nacional de Pós-Graduação e do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes).

- Estruturar a Rede Nacional de formação de educadores. Para tanto, ampliar a Universidade Aberta do Brasil, fruto da cooperação entre União, estados, municí-



LULA

pios e universidades federais;

- Implantar o Fundeb e subvincular os recursos para as universidades federais.

4. Desde o início, tem se buscado valorizar o servidor público. Isso levou à criação, em fevereiro de 2003, da Mesa Nacional de Negociação Permanente. A concessão de reajustes significativos aos servidores, por sua vez, não tem comprometido a disciplina fiscal em relação aos gastos públicos, mostrando que é possível adequar gestão pública e política salarial.

5. Reestruturamos diversos órgãos da Administração Pública Federal, melhoramos os salários dos servidores e contratamos novos através de concurso público, o que demonstra um esforço para substituir a terceirização. Com isso, buscamos democratizar as relações de trabalho, instrumento que deve ser aperfeiçoado com a proposta de Reforma Sindical. Ainda neste ano, se dará início ao programa de capacitação nacional que envolverá estados e municípios com a liderança do Ministério de Desenvolvimento Social. Este projeto visa preparar gestores sociais para atuarem em programas de transferência e geração de renda, como forma de consolidar o Sistema Único de Assistência Social (Suas). Num segundo mandato, avançaremos neste mesmo sentido.

6. O Brasil desenvolveu uma política externa de defesa do interesse nacional. Somos movidos por valores universais como o multilateralismo, a busca da paz, a defesa dos Direitos Humanos e a construção de uma ordem econômica e

comercial mais justa. Damos ênfase à integração sul-americana e ao diálogo Sul-Sul, como forma de construir uma correlação de forças internacional que favoreça cada vez mais nossa inserção soberana e competitiva no mundo.

Ao mesmo tempo, buscamos ampliar nosso acesso aos grandes mercados europeu, norte-americano e asiático e manter com os países desenvolvidos um relacionamento positivo e soberano.

Essa política será mantida e intensificada num segundo mandato.

7. O Mercosul precisa avançar em direção a uma articulação econômica, que inclua políticas industriais, agrícolas, sociais e culturais comuns. Para tanto, serão necessárias instituições comuns, como um parlamento do Mercosul. Já houve a adesão da Venezuela, da Colômbia, do Equador, do Peru e pedidos do México e de Cuba para se associarem.

8. A Alba é uma proposta política mais geral, um designio. Não é contraditória, mas a nossa ênfase é no Mercosul, que tem uma densidade maior por contemplar políticas comerciais, econômicas etc.

9. O Bolsa-Família não é uma política compensatória, mas um instrumento de inclusão social que viabiliza a universalização da cidadania. O Governo Lula aumentou os investimentos sociais de R\$ 7 para R\$ 22 bilhões. Num segundo mandato, vamos reajustar o valor dos benefícios para recompor o poder de compra e reforçar a articulação do Bolsa-Família com os programas complementares, como as ações de geração de trabalho e renda, de capacitação profissional, de alfabetização e aumento da escolaridade dos adultos beneficiários, de maneira que as famílias criem condições para garantir o próprio sustento.

10. - Continuar avançando na erradicação da fome

- Aprofundar o combate à concentração regional e social de renda e riqueza
- Ampliar as oportunidades de emprego, trabalho e renda, especialmente por meio de medidas que impulsionem os investimentos públicos e privados.



GERALDO ALCKMIN

1. Precisamos melhorar a qualidade do gasto público. Temos um grave problema fiscal, que é um dos principais limitadores do crescimento da economia. Para compensar a ineficácia da política fiscal, aumenta-se os juros e se valoriza o real artificialmente, dificultando nossas exportações, impedindo que nossas empresas gerem empregos e renda. As consequências são sentidas, especialmente, na indústria, na agricultura, no setor exportador de modo geral. Ao contrário do atual governo, vamos reduzir gastos e aumentar investimentos. Tudo isso será feito dentro das regras estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e com a manutenção das metas de inflação e do câmbio flutuante.

2. O meu governo terá duas grandes obsessões: a educação e a agenda do crescimento econômico. Nesse sentido, as universidades têm um papel fundamental na formação de recursos humanos e no desenvolvimento tecnológico. No entanto, precisamos aumentar os investimentos para que as universidades possam realizar pesquisas de qualidade e formar profissionais preparados para os novos desafios. Outra grande questão é solucionar o problema do acesso às universidades.

3. - Expandir o acesso à educação superior para as camadas de baixa renda, com aumento da oferta para as carreiras onde a escassez no mercado de trabalho é mais evidente.

- Implementar mecanismos eficientes de avaliação de cursos e instituições.

- Reorganizar o sistema de financiamento das instituições públicas, com base em indicadores qualitativos e quantitativos.

4. Vamos fazer todo o esforço para recuperar as perdas do funcionalismo. O nosso compromisso será o de fortalecer as carreiras de Estado, os servidores que ingressaram por meio de concurso público. O atual modelo patrimonialista utilizado pelo PT será substituído por um baseado em critérios de eficiência e competência. Dessa forma, podemos recuperar as perdas. Com o esforço fiscal

que faremos, poderemos aumentar o volume de investimentos, inclusive com a valorização dos servidores públicos. Durante o governo Fernando Henrique, houve um grande esforço para o equilíbrio das contas públicas e os reajustes foram dados conforme as condições fiscais. O que não podemos admitir é a prática atual de dar aumentos com objetivos unicamente eleitoreiros.

5. Investimentos em capacitação profissional, melhoria das condições de trabalho, criação de planos de cargos e salários com estruturação de carreiras. A população exige melhores serviços públicos. No entanto, muitas vezes, isso não ocorre por total insuficiência de recursos para que os funcionários trabalhem. A maior parte dos servidores públicos é muito competente e isso precisa ser destacado.

6. Os Estados Unidos se desinteressaram do processo de integração hemisférica e estão implementando uma política de acordos bilaterais de livre comércio, como os assinados com o Chile, a Colômbia e o Peru. Devemos reconhecer a dificuldade de levar adiante a proposta de criação da Alca, nos termos atuais. Devido ao protecionismo dominante no Congresso norte-americano, dificilmente os Estados Unidos aprovariam um acordo de livre comércio com o Brasil, que tem uma grande competitividade no setor agroindustrial. Não vejo como as negociações possam ser reavivadas. Por isso, logo no início de meu governo, vamos propor o aprofundamento dos acordos com todos os países da América do Sul e vamos apresentar novas formas de cooperação comercial com os Estados Unidos.

7. Vejo o Mercosul com preocupação. Ele não vai acabar, mas depende da vontade política de cada um dos seus membros. As dificuldades políticas pelas quais passa o processo de integração vão ser ampliadas com a expansão dos países membros, aumentando a insegurança jurídica e dificultando a decisão de investimentos produtivos no bloco. Diante disso, vamos promover uma ampla reflexão sobre o Mercosul e, se for o caso, reexaminar seu funcionamento, com vistas a melhor defender o interesse nacional.

8. Vamos ampliar o relacionamento com todos os países da América do Sul, com base na reciprocidade e na defesa do interesse nacional. A Venezuela, o quarto maior exportador mundial de petróleo, acaba de entrar para o Mercosul. Isso será um grande desafio para o processo de integração. Sua entrada plena depende da ratificação do Protocolo de Adesão, que será examinado pelo Congresso Nacional somente em 2007. O fato de Hugo Chávez estar apoiando publicamente o presidente Lula – que claramente se mostra simpático a algumas das ideias que Chávez coloca em prática – não será obstáculo para tratarmos o relacionamento com esse país. Não vamos, em hipótese alguma, abrir mão do interesse nacional nem tomar qualquer ação movidos por interesses ideológicos.

9. A única coisa boa do governo Lula não foi criada no governo Lula. O Bolsa-Família é nosso. O presidente Lula juntou todos os programas que já existiam quando ele assumiu o governo (Vale-Gás, Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação) e deu o nome de Bolsa-Família. Nós vamos mantê-lo e aperfeiçoá-lo. No entanto, vamos fazer o Brasil voltar a crescer para gerar emprego e renda.

10. - Melhorar o Bolsa-Família, fazendo com que deixe de ser unicamente uma política de distribuição de recursos para ser uma verdadeira política de combate à pobreza.

- Criar os programas Poupança-Família, Ação Jovem e Com Licença, Vou à Luta.



1. A grande traição do governo atual em relação às suas origens e a seu programa, mesmo rebaixado de 2002, foi manter o paradigma neoliberal dos governos anteriores. Portanto, neste particular, a mudança deve ser total. Nossa política econômica vai desbloquear os fatores que impedem o crescimento e a distribuição de renda. Trata-se de um conjunto de medidas articuladas. Assim, é fundamental baixar drasticamente a taxa de juros, mas para que isso funcione é necessário o controle de capitais, já praticado com sucesso em muitos países, e a implementação da auditoria da dívida externa, o que permitiria um alívio no plano internacional.

Com juros básicos mais baixos, menor seria o superávit primário e, portanto, maior capacidade de investimento e de gastos correntes do Estado. Ao contrário dos demais candidatos, nós só queremos cortar gastos do Estado com o serviço da dívida pública. Os demais gastos, feitos com critério, dinamizam a economia, inclusive permitindo dobrar o salário mínimo de forma que possa se crescer, distribuindo renda, criando emprego, enfim, realizando a verdadeira inclusão.

2 e 3. O papel da Universidade Pública é realizar a missão constitucional de ensino, pesquisa e extensão. Para isso, em primeiro lugar é preciso que o País saia da condição de provedor de *comodities* da economia global e adquira independência tecnológica. Para que a universidade possa se inserir em uma dinâmica positiva de desenvolvimento, ela precisa de autonomia, financiamento e expansão; em um padrão uniforme de qualidade. As propostas do Andes/Sindicato Nacional, neste sentido, inclusive dispostas em forma de projeto de lei, são uma boa base para construir um novo marco institucional para a Universidade.

4. As perdas aconteceram também no governo Lula, que ficou um ano sem reajustar os salários dos servidores. O alívio nas contas públicas, devido às propostas de política econômica antes mencionadas, abre espaço para que negociemos com os sindicatos um plano de recuperação gradativa dos salários. A recuperação deve ser mais rápida para as remunerações mais baixas, respeitando os planos de carreira consensuados com as categorias.

5. A qualificação do servidor público não passa apenas pela formação, mas também pela participação deste na gestão pública, voltada para atingir os objetivos definidos pela sociedade. Queremos um governo com poucos cargos de confiança e, desta forma, valorizar o servidor de carreira.

6, 7 e 8. Somos contra a Alca, não só pela postura agressiva do presidente dos Estados Unidos, George Bush, mas também por razões estruturais. A participação do Brasil na Alca, acentuaria nossa subordinação ao imperialismo norte-americano, com graves efeitos de degradação econômica e social. Em qualquer proposta de união latino-americana, que consideramos essencial, devemos criar critérios de convergência social, ao contrário da União Européia, que privilegiou a convergência monetária. Essa convergência social se daria

HELOÍSA HELENA

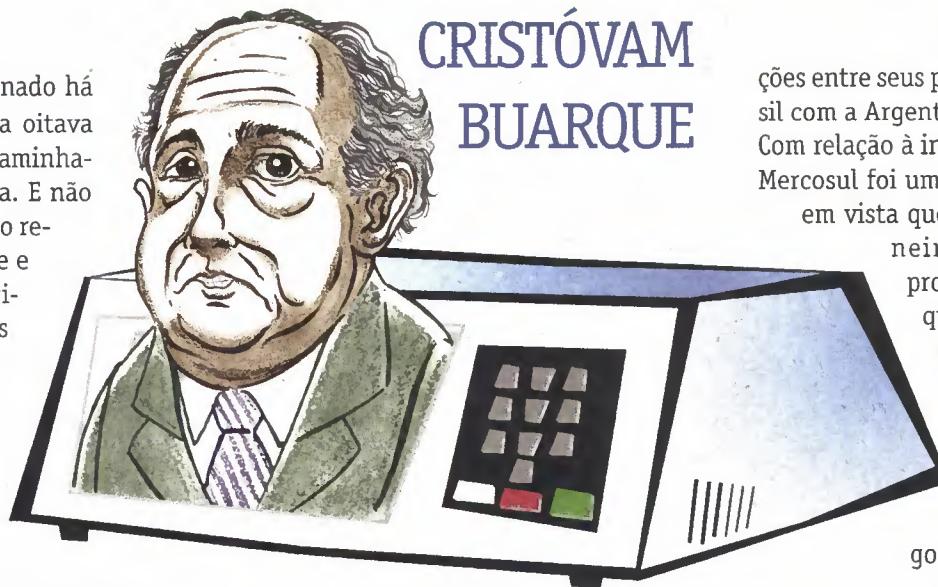
nos direitos sociais, sem que houvesse qualquer rivalidade entre os países para saber quem explora mais seus trabalhadores. Outra questão fundamental seria acabar com incentivos fiscais para as grandes empresas, principalmente as multinacionais, que são um escândalo.

A Alba parece ter um maior potencial neste sentido do que Mercosul, que já nasceu sob o domínio do capital. O fato de propor a construção de infraestrutura comum aos países membros e a iniciativa de atividades econômicas partilhadas, são pontos positivos da Alba, além, claro, da identidade antiimperialista associada a Hugo Chávez.

9 e 10. O Bolsa-Família só tem sentido enquanto política transitória e não com esta postura de compensação assumida pelo governo atual. A inclusão com dignidade se dá através do trabalho. Nossa programa pró-desenvolvimento permitirá esta inclusão. Além disso, uma reforma agrária ampla e massiva (250 mil famílias assentadas por ano), a qualificação do serviço público e o apoio à economia solidária são vetores de inclusão.

Voltamos a insistir que para qualificar os serviços sociais e implementar a inclusão com dignidade é fundamental a política econômica no sentido antes proposto, de forma a transferir renda da especulação financeira para o setor produtivo e a população.

CRISTÓVAM BUARQUE



1. O Brasil vive estagnado há mais de 25 anos. Já fomos a oitava economia do mundo, hoje caminhamos para ser a décima-quinta. E não fizemos a reforma agrária, não resolvemos o problema da fome e da miséria, não viramos a página do analfabetismo. Somos um país extremamente desigual. A taxa de crescimento econômico pode ser elevada, mas só será maior e sustentável se o Brasil aumentar a produtividade de sua mão-de-obra e desenvolver novos setores produtivos compatíveis com a economia de alta tecnologia. Isso só é possível com uma revolução na educação e com a criação de eficientes centros de geração de ciência e tecnologia, o que vai permitir ao Brasil, nos próximos anos, exportar chips e softwares, além de soja e minério. Para retomar o crescimento econômico, iremos reduzir as taxas de juro por meio de acordo para estancamento na elevação vegetativa dos gastos públicos; criar programa de incentivos fiscais para as empresas que negociarem com seus trabalhadores acordos de redução da jornada de trabalho; garantir a estabilidade da moeda e das regras no cumprimento dos contratos; reorientar o mercado financeiro para empréstimos e investimentos de longo prazo; executar os projetos de infra-estrutura e logística que apóiem a produção e a distribuição; ativar plataformas produtivas graças à demanda criada pelo setor público em áreas como a indústria têxtil, informática, gráficas e equipamentos diversos; tratar a agricultura como setor de preocupação estratégica, exigindo política de longo prazo; garantir financiamento que reduza os riscos decorrentes de fenômenos naturais e comerciais, por meio de seguro contra riscos naturais e cambiais; autorizar a comercialização de produtos bioenergéticos sem intermediação da Petrobras e agilizar as autorizações para compra de insumos nacionais e importados.

2. A universidade pública brasileira não deve ser apenas uma instituição operadora da replicação massificada de conteúdos programáticos pré-definidos. Ela deve estar comprometida com o exercício de um apren-

dizado dialogal e crítico. E no mundo contemporâneo isso implica franquear para a formação universitária espaços onde seja possível o diálogo entre diferentes saberês e perspectivas. O avanço mais importante é tratar o professor como eixo central da qualidade da educação. Pois o que está em jogo é a formação da competência humana nos horizontes da cidadania, não da mera competitividade para as requisições do mercado.

- 3.**
 - a. Unificar as universidades federais, Ensino Superior e Ciência e Tecnologia em um só Ministério.
 - b. Outorgar às universidades federais autonomia para a gerência financeira e patrimonial.
 - c. Estabelecer o Pacto de Educação para o Desenvolvimento Inclusivo.

4 e 5. Os servidores públicos devem ser remunerados conforme a quantidade e a qualidade dos serviços prestados à população, e sem grandes diferenciações entre os Poderes da República. Também é preciso adotar uma sistemática de trabalho com metas, privilegiando a eficácia e os resultados. Nossa objetivo é tornar o Governo eficiente, comprometendo o Estado com o País e o serviço público com a população.

6, 7 e 8. A opção pelo Mercosul, para além dos benefícios comerciais que o bloco traz para seus parceiros, atende a um interesse de Estado. As dificuldades circunstanciais do bloco não devem obscurecer esse objetivo de longo prazo. A "saída" para o Mercosul passa pela intensificação das rela-

ções entre seus parceiros. A relação do Brasil com a Argentina é umbilical e sagrada. Com relação à integração da Venezuela no Mercosul foi uma atitude acertada, tendo em vista que esta tem atuado de maneira cada vez mais protagônica na região. Acho que o Brasil deve ter uma atitude construtiva e cooperativa com relação à Venezuela e a maneira mais produtiva de integrá-la na região é por meio de diálogo institucional.

9. Eu criei o Bolsa-Escola em 1987.

Escrevi um livro, "A Revolução nas Prioridades", publicado em 1994, no qual coloquei este programa como primeira proposta para mudar o Brasil. Como criador do Bolsa-Escola, não vou acabar com um programa de transferência de renda vinculado à educação, mas como está hoje ele não cumpre esse papel. Minha proposta é levar a sério o que está na lei, que a criança tem que ir à escola. Proponho como mudança manter o Bolsa-Família administrado pelo Ministério da Educação, não no Ministério da Assistência Social e anexar ao Bolsa-Família o programa Poupança-Escola que implantei no meu governo do Distrito Federal. A mãe recebia a bolsa, mas se a criança passasse de ano recebia um dinheiro que só poderia retirar da caderneta de poupança no dia em que terminasse o segundo grau. Eu também vou mudar o nome para Bolsa-Escola porque o nome escola cria o vínculo com a educação. Alguns homens e mulheres sem filho vão receber o dinheiro, mas vão ter que trabalhar em programas de água e esgoto. Ninguém vai perder o valor da bolsa, mas vai ter que dar algo em troca.

10. - Adotar o Orçamento Social

- Transformar a Bolsa-Família em sua originária Bolsa-Escola
- Criar o Emprego Social, um programa que aloca adultos desempregados em trabalhos úteis à comunidade
- Garantir que todos os programas de apoio às famílias pobres sejam integrados a outros programas: saúde, educação, qualificação profissional, microcrédito, economia solidária, cooperativismo.

Serviço Balance



**ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS
DOCENTES DA UFRGS
CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64**

BALANCE - VALORES MENSAS - 2006

RUBRICAS / MESES	MAI
ATIVO	3.135.816,02
FINANCIERO	2.868.699,41
DISPONÍVEL	735.675,19
CAIXA	80,95
BANCOS	153,26
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	735.140,98
REALIZÁVEL	2.133.024,22
APLICAÇÕES FINANCEIRAS A CURTO PRAZO	2.081.543,55
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.081.543,55
ADIANAMENTOS	4.607,24
ADIANAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	4.607,24
ADIANAMENTOS DIVERSOS	0,00
OUTROS CRÉDITOS	46.666,68
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITO	46.666,68
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTE	206,75
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER	206,75
ATIVO PERMANENTE	267.116,61
IMOBILIZADO	249.780,93
BENS MOVEIS	142.231,59
BENS IMOVEIS	248.811,89
BENS E DIREITOS EM FORMAÇÃO	28,00
(-)DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	(141.290,55)
DIFERIDO	17.335,68
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	12.071,48
BENFEITORIAS EM BENS DE TERCEIROS	16.425,74
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(11.161,54)
PASSIVO	2.991.438,76
PASSIVO FINANCIERO	31.357,88
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	12.698,50
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	6.619,40
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	150,70
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	0,00
CREDORES DIVERSOS	5.928,40
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	18.659,38
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	18.659,38
SALDO PATRIMONIAL	2.960.080,88
ATIVO LÍQUIDO REAL	2.524.901,35
SUPERAVIT ACUMULADO	435.179,53

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS

FOLHA 2

RUBRICAS / MESES	MAI	ACUMULADO
RECEITAS	154.688,42	778.261,87
RECEITAS CORRENTES	116.853,60	583.962,97
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	116.853,60	583.962,97
RECEITAS PATRIMONIAIS	33.621,79	180.901,16
RECEITAS FINANCEIRAS	33.077,43	178.574,16
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	544,36	2.327,00
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICais	2.244,01	2.244,01
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	2.244,01	2.244,01
OUTRAS RECEITAS	1.969,02	11.153,73
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	1.969,02	11.153,73
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00
DESPESAS	160.868,37	633.884,61
DESPESAS CORRENTES	160.868,37	633.884,61
DESPESAS COM CUSTEIO	32.800,34	156.551,15
DESPESAS COM PESSOAL	19.892,51	84.188,39
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	4.256,44	22.661,87
DESPESAS DE EXPEDIENTE	1.146,97	6.756,78
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	745,87	3.608,52
SERVIÇOS DE TERCEIROS	2.315,00	11.575,00
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	1.209,55	11.396,46
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	2.070,90	10.351,17
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	1.101,90	5.747,76
ENCARGOS FINANCEIROS	61,20	265,20
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICais	59.560,66	268.083,95
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	2.885,36	14.804,33
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	0,00	25.469,28
DESPESAS COM VIAGENS	19.188,01	67.818,88
DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	3.000,00	10.544,50
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	3.630,00	7.507,00
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	30.857,29	119.075,74
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	0,00	9.344,22
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICais	0,00	13.520,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	68.507,37	209.249,51
CONTRIBUIÇÕES PARA O ANDES	49.949,45	124.863,26
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	7.234,72	34.784,23
CONTRIBUIÇÕES PARA O PROIFES	11.323,20	49.602,02
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	(6.179,95)	144.377,26
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	144.377,26	144.377,26

EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA
Presidente

NINO H. FERREIRA DA SILVA
Contador - CRC-RS 14.418



**ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS
DOCENTES DA UFRGS
CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64**

BALANCE - VALORES MENSAS - 2006

RUBRICAS / MESES	JUN
ATIVO	3.173.649,71
FINANCIERO	2.899.340,18
DISPONÍVEL	746.665,99
CAIXA	3.443,03
BANCOS	59,26
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	743.163,70
REALIZÁVEL	2.152.674,19
APLICAÇÕES FINANCEIRAS A CURTO PRAZO	2.104.969,39
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.104.939,39
ADIANAMENTOS	4.607,24
ADIANAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	4.607,24
ADIANAMENTOS DIVERSOS	0,00
OUTROS CRÉDITOS	40.843,48
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITO	40.843,48
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTE	2.254,08
PRÊMIOS DE SEGURADO VENCER	2.254,08
ATIVO PERMANENTE	274.309,53
IMOBILIZADO	257.265,27
BENS MÓVEIS	142.231,59
BENS IMÓVEIS	258.103,71
BENS E DIREITOS EM FORMAÇÃO	0,00
(-)DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	(143.070,03)
DIFERIDO	17.044,26
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	12.071,48
BENFEITORIAS EM BENS DE TERCEIROS	16.425,74
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(11.452,96)

PASSIVO	2.996.200,89
PASSIVO FINANCIERO	36.120,01
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	14.667,93
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	6.521,50
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	150,70
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	0,00
CREDORES DIVERSOS	7.995,73
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	21.452,08
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	21.452,08
SALDO PATRIMONIAL	2.960.080,88
ATIVO LÍQUIDO REAL	2.524.901,35
SUPERAVIT ACUMULADO	435.179,53

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS

FOLHA 2

RUBRICAS / MESES	JUN	ACUMULADO
RECEITAS	151.467,61	929.729,48
RECEITAS CORRENTES	116.845,01	700.807,98
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	116.845,01	700.807,98
RECEITAS PATRIMONIAIS	32.439,60	213.340,76
RECEITAS FINANCEIRAS	31.895,24	210.469,40
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	544,36	2.871,36
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICais	0,00	2.244,01
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	0,00	2.244,01
OUTRAS RECEITAS	2.183,00	13.336,73
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	2.183,00	13.336,73
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00
DESPESAS	118.396,05	752.280,66
DESPESAS CORRENTES	118.396,05	752.280,66
DESPESAS COM CUSTEIO	35.000,97	191.552,12
DESPESAS COM PESSOAL	19.023,76	103.212,15
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	5.273,19	27.935,06
DESPESAS DE EXPEDIENTE	912,10	7.668,88
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	609,37	4.217,89
SERVIÇOS DE TERCEIROS	2.390,00	13.965,00
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	2.593,31	13.989,77
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	2.070,90	12.422,07
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	2.093,74	7.841,50
ENCARGOS FINANCEIROS	34,60	299,80
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICais	39.848,70	307.932,65
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	2.912,31	17.716,64
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	0,00	25.469,28
DESPESAS COM VIAGENS	7.405,94	75.224,82
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	1.370,00	11.914,50
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	550,00	8.057,00
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	27.600,45	146.676,19
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	10,00	9.354,22
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICais	0,00	13.520,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	43.546,38	252.795,89
CONTRIBUIÇÕES PARA O ANDES	24.984,26	149.847,52
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	7.234,72	42.018,95
CONTRIBUIÇÕES PARA O PROIFES	11.327,40	60.829,42
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	33.071,56	177.448,82
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	177.448,82	177.448,82

EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA
Presidente

NINO H. FERREIRA DA SILVA
Contador - CRC-RS 14.418

Comunicado da Comissão Unimed/Ufrgs

O Plano de Saúde Suplementar Unimed/Poa – Ufrgs foi criado em 1991, antes da lei que regulamenta os Planos de Saúde (9656/98). Por ser um contrato de representação, não há contra-partida financeira da Ufrgs e as despesas são de responsabilidade exclusiva do titular do grupo familiar (servidor ou pensionista com vínculo junto à Ufrgs). A Comissão assumiu em julho de 2005 para uma gestão de dois anos. No primeiro ano, foram feitas algumas mudanças no tratamento do convênio:

1. Todas as atividades administrativas burocráticas como troca de modalidade de acomodação hospitalar, alteração de pagamento (contracheque, boleto bancário e débito em conta corrente) inscrição, inclusão e exclusão de usuários, entre outros, passaram a ser realizados diretamente na sede da Unimed. Assim, a Comissão passou a ter mais tempo para se dedicar a situações pontuais como a negativa de realização de procedimentos com cobertura contratual, análise financeira, entre outras.

2. Foram excluídos do convênio todos os titulares que não possuem vínculo permanente com a Ufrgs, como professores substitutos, servidores exonerados e demitidos, e inadimplentes há mais de 90 dias.

A intenção é atingir um equilíbrio financeiro, uma vez que o convênio funciona como um condomínio: cada usuário paga mensalidade e participação nas consultas, mas o gasto do grupo é contabilizado como um todo. Assim, todas as vezes que a receita não cobre as despesas do grupo, é gerado um aumento além do reajuste pelo IGPM. Se o usuário utiliza é porque se faz necessário, assim como está pagando para assegurar o evento risco (utilizar quando preciso). Contudo, não é justo que quem paga pontualmente suporte as despesas dos que não pagam, o que vinha efetivamente ocorrendo ao longo dos anos. Como as carteiras não eram canceladas pela Unimed, sob a alegação de que só poderiam fazê-lo mediante comunicação da Comissão, os inadimplentes geravam somente despesas para o grupo.

3. A Comissão implantou junto ao site da Ufrgs uma página (www.ufrgs.br/ufrgs/unimed) onde é possível acessar informações do Convênio, como cópia do contrato, informações, respostas às perguntas mais freqüentes e extrato individualizado de utilização, uma demanda antiga dos usuários, principalmente dos que pagam através de desconto em contracheque, onde é lançado um valor total sem especificações.

4. Através dos extratos, é possível verificar procedimentos e consultas, do titular e dependentes, lançados mês a mês. A Comissão enfatiza a importância dessa conferência, uma vez que tem recebido inúmeras queixas por parte dos usuários de lançamentos indevidos. Nesses casos, é preciso formalizar a reclamação para que a Comissão possa apurar junto à Unimed.

5. Foi implantado também um e-mail da Comissão (comissaounimed@rh.ufrgs.br) para facilitar a comunicação, especialmente com usuários aposentados que residem em outros estados e servidores cedidos para outros Órgãos em localidades diversas do País.

6. A Comissão obteve da Unimed/Poa atendimento ao usuário da Ufrgs por uma central exclusiva às cinco maiores empresas que mantêm o convênio, através do 4004.2500. Os atendentes desse setor foram informados e treinados pela Unimed para saberem detalhadamente todo o conteúdo contratual do nosso plano (1070 – Ufrgs).

7. Nos últimos cinco anos, mesmo com os aumentos anuais, o débito acumulado com o plano da Ufrgs não tem sido coberto de forma satisfatória, o que vem gerando prejuízo para a Unimed/Poa, hoje estimado em R\$ 5 milhões. Apesar desta situação, a Unimed tem interesse em manter a relação contratual com o grupo Ufrgs, pois trata-se de uma carteira com 8 mil usuários, entre titulares e dependentes, estando entre as cinco maiores da Unimed/Poa. Após longa negociação conseguimos fixar o valor do aumento em 6 % que será aplicado de setembro de 2006 a fevereiro de 2007. Várias medidas saneadoras serão esclarecidas em Assembléia dos usuários e postas em prática ao longo desses meses e, se necessário, haverá nova análise financeira em março de 2007. Obs: A fórmula usual de reajuste é IGPM acumulado nos últimos 12 meses, mais o percentual necessário para cobrir os valores negativos da diferença entre o que é pago à Unimed e o que os usuários utilizaram entre consultas e procedimentos.

8. A Unimed apresentou uma nova modalidade de plano de saúde que não apresenta alteração significativa em relação aos valores pagos hoje e contempla uma maior abrangência de benefícios. No entanto, a Comissão detectou falhas na apresentação da proposta e já pediu esclarecimentos à Unimed, que se propôs a responder nos próximos meses. Antes de apresentar esta nova proposta ao grupo de usuários, a Comissão pretende consultar a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão regulador e fiscalizador, para saber se será conveniente a migração para o novo plano.



Embaixadora da Palestina no Brasil desde janeiro de 2006 e deputada no Conselho Nacional da Palestina*, Mayada Bamie Abbassi nasceu no Líbano, onde graduou-se em Ciências Políticas e Educação pela Universidade Americana de Beirute. Na década de 70, participou da fundação do Departamento de Relações Internacionais da Cruz Vermelha na Palestina, do qual foi diretora. Sempre à frente da luta pelos direitos do povo palestino, exerceu cargos políticos importantes, inclusive dentro da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e em vários países da África e América do Sul. Nesta entrevista ela fala do histórico conflito entre árabes e judeus, dos possíveis caminhos para a paz e faz um apelo à Comunidade Internacional para que exija de Israel o cumprimento dos acordos e resoluções da ONU.

por Maricélia Pinheiro



Mayada Bamie Abbassi

"A solução para os conflitos seria O FIM DA OCUPAÇÃO ISRAELENSE"

|Adverso| Qual a sua avaliação sobre o atual estágio do conflito no Oriente Médio e qual seria o caminho para uma solução?

|Mayada Bamie Abbassi| O conflito no Oriente Médio existe desde o princípio do século 20, mas a fase mais recente começou com a ocupação de Israel dos territórios palestinos da Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental, em 1967. Sendo que Israel não cumpriu a Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU, de 1967, que exigia a sua retirada desses territórios e, além disso, ocupou outros territórios árabes. Portanto, o estágio atual do conflito é o resultado dessas ocupações e é a sexta guerra no Oriente Médio entre Israel e seus vizinhos, que tem sempre consequências desastrosas para as populações civis.

O caminho para uma solução seria o fim da ocupação israelense dos territórios palestinos e árabes. Os líderes palestinos sempre chamaram Israel para negociações sobre a paz justa e duradoura na região, que só pode ser baseada nas inúmeras resoluções da ONU que tratam da questão da Palestina e do direito inalienável do povo palestino a um Estado livre e soberano, tendo Jerusalém Oriental como capital, ao lado do Estado de Israel. Em 2002, a cúpula dos líderes árabes pediu que Israel se retirasse de todos os territórios árabes e disse que estaria pronta a negociar a paz e estabelecer relações diplomáticas com Israel. Entretanto, o governo de Israel não respondeu a esse chamado e não quer negociar com os líderes palestinos. Estamos certos que a solução não pode ser com força, como a utilizada pelo exército israelense, mas sim com paz e coexistência de todos os povos na região.

|Adverso| Por que o acordo feito pela ONU em relação à divisão da terra não é cumprido?

|Mayada Bamie Abbassi| A Resolução 181 da ONU, de 1947, decidiu pela divisão da Palestina histórica, criando o Estado israelense e o Estado palestino. Os habitantes da Palestina histórica eram todos palestinos, sendo muçumanos, cristãos ou judeus. Não esqueçamos que a Palestina é a terra santa, terra de Jesus Cristo. Nesta época, 900 mil palestinos foram expulsos de sua terra e o Estado de Israel foi criado com base nessa injustiça. Contudo, o Estado palestino nunca foi criado e nem o povo foi consultado sobre a divisão estabelecida nessa Resolução.

Mesmo assim, em 1988, a OLP, único e legítimo representante do povo palestino, declarou que seu Estado está nos territórios ocupados em 1967 e que continuava a luta pela independência. Também reconheceu o Estado de Israel e com os acordos de Oslo, de 1993, a OLP e Israel se conheceram mutuamente. Infelizmente, Israel não aplicou os pontos dos acordos de Oslo e continuou a ocupar os territórios palestinos, confiscando terra para estabelecer suas colônias, destruindo casas, arrancando árvores, construindo um muro segregacionista, enclausurando a população, interferindo fortemente na economia local e estabelecendo mais de 700 postos de controle.

|Adverso| O movimento muçulmano de oposição a Israel seria uma reação à aliança entre Israel e Estados Unidos?

|Mayada Bamie Abbassi| Existe uma confusão bem comum quanto a

alguns termos. Por exemplo, os muçumanos são fiéis de uma religião, a islâmica, que tem seguidores em todo o mundo, assim como os cristãos e outras religiões. O que existe é uma reação de vários povos e países a favor da justiça, já que não podem mais tolerar tamanha injustiça que é a ocupação israelense. Por isso, são solidários e querem acabar com esse sofrimento.

Os Estados Unidos podem também favorecer a paz justa na região, como um árbitro neutro entre Palestina, Israel e outros países árabes. Eles não devem usar o método de dois pesos e duas medidas, o que significa exigir de Israel o cumprimento de todas as resoluções da ONU. Penso que os povos de nossa região esperam esse papel dos Estados Unidos. Porém isso não acontece, e o apoio dado pelo governo deles a Israel gera uma reação contrária a essa política.

|Adverso| Que tipo de apoio a Palestina vem recebendo da Comunidade Internacional?

|Mayada Bamie Abbassi| A Comunidade Internacional já apoiou de várias maneiras a Palestina, mas desde a eleição democrática e transparente, na qual o Hamas foi eleito para grande parte das cadeiras do Conselho Legislativo, essa ajuda, que faz parte dos acordos de Oslo, foi suspensa. Embora mais de mil observadores internacionais tenham atestado que as eleições foram democráticas e transparentes, Israel decidiu que não faria negociações com o atual governo da Palestina e pressionou a Comunidade Internacional.

Atualmente, a situação humanitária na Palestina é muito grave, com 60% da população em situação de pobreza e miséria. Mesmo que os países árabes enviem recursos, estes seriam retidos pelos bancos sob pressão norte-americana. Além disso, as forças de ocupação israelenses bloqueiam todas as passagens na Faixa de Gaza, impedindo a circulação da população palestina e o desenvolvimento da economia local.

Diante disso, a Comunidade Internacional deveria exigir que Israel acabasse com a ocupação, cumprisse as resoluções da ONU, destruísse o muro – considerado ilegal pela Assembléia Geral da ONU e pela Corte Internacional de Justiça – para que se instaure a paz. A Comunidade Internacional não pode permitir que a população palestina continue sofrendo, sem acesso a medicamentos, e morra de fome.

|Adverso| O Hamas e o Hezbollah integram hoje os governos da Palestina e do Líbano respectivamente. Israel considera os dois grupos terroristas. Como as negociações de paz podem avançar diante dessa situação?

|Mayada Bamie Abbassi| O Hamas faz parte do governo eleito da Autoridade Nacional Palestina (ANP), mas quem negocia com Israel não é a ANP, mas sim a OLP, que é o único e legítimo representante do povo palestino, reconhecido em 108 países nos quais mantém representações diplomáticas. Embora o atual presidente da OLP, Mahmoud Abbas (eleito sob o lema “só há um caminho que é o da negociação e não há solução militar para o conflito”), seja considerado um homem muito moderado, Israel afirma que não negocia com ele. Quanto ao Hezbollah, que integra o governo libanês no parlamento, não cabe a ele negociar com Israel, mas sim ao primeiro-ministro e ao presidente do Líbano.

Em 1993, as negociações estavam sendo realizadas por Yasser Arafat, líder histórico e então presidente da OLP, e o primeiro-ministro de Israel, Isaac Rabin, que depois foi assassinado por um terrorista radical israelense. Nessas negociações, houve um reconhecimento mútuo, no qual a Palestina reconheceu o Estado de Israel e Israel reconheceu o direito do Estado da Palestina nos territórios da Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental. As negociações foram baseadas nas resoluções 242 e 338 da ONU, sendo que a primeira exigia a retirada de Israel dos territórios ocupados. No entanto, depois da morte de Isaac Rabin, as negociações e o cumprimento dos acordos foram arruinados pelos posteriores líderes israelenses.

|Adverso| O atual conflito entre Israel e Líbano poderia ter sido evitado com uma saída diplomática?

|Mayada Bamie Abbassi| Israel, que também ocupa território libanês, apontou a captura de dois soldados israelenses como causa dessa agressão, o que não é verdade. No passado houve situações similares que foram solucionadas com troca de prisioneiros, intermediadas pelo governo alemão, e sabemos que há cidadãos libaneses nas prisões israelenses. Por isso, desde o início haveria uma saída pacífica e diplomática.

O que de fato ocorreu é que Israel e os Estados Unidos já tinham um plano estratégico para a região do Oriente Médio e a agressão seria feita de qualquer maneira, tendo como objetivo acabar com a resistência contra Israel.

Não podemos esquecer que em 1982, quando o primeiro-ministro israelense, Ariel Sharon, invadiu o Líbano com dois terços do exército de Israel chegando até Beirute, o objetivo era tentar acabar com a resistência da OLP e de Arafat. Desde esse período, o Hezbollah e outros movimentos libaneses progressistas combateram a invasão e ocupação do sul do Líbano. Em 2000, Israel decidiu sair devido à resistência permanente, mesmo assim ainda continuou ocupando um pequeno território libanês.

Portanto, acredito que para os conflitos entre Israel e seus vizinhos não há uma saída militar, o único caminho deve ser o da negociação para que os povos da região possam viver em paz e se desenvolver. Quando Israel compreenderá isso?



“A situação humanitária na Palestina é muito grave, com 60% da população em situação de pobreza e miséria. Mesmo que os países árabes enviem recursos, estes seriam retidos pelos bancos sob pressão norte-americana”

* Parlamento que reúne os representantes do povo palestino, dentro e fora da Palestina.



Graduada em Economia com especialização em Comércio Internacional pela Universidade Hebraica de Jerusalém, Tzipora Rimon é embaixadora de Israel no Brasil desde setembro de 2004. Nascida e criada em Israel, chegou a ser capitã do exército israelense. Em 1975, ao ser admitida pelo Ministério das Relações Exteriores de seu país, abraçou a carreira de diplomata, que a levou a importantes cargos em diversos países. Nesta entrevista ela fala da luta do povo judeu pela sobrevivência ao longo da História, lembra o Holocausto e garante que a grande maioria dos israelenses hoje não aprova as ocupações, mas que, no caso do atual conflito com o Líbano, Israel precisou usar as armas para se defender.

por Maricélia Pinheiro

Tzipora Rimon

"Muitos países árabes reconhecem: NÃO É POSSÍVEL APAGAR ISRAEL DO MAPA"

Adverso – Qual a sua avaliação sobre o atual estágio do conflito no Oriente Médio e qual seria o caminho para uma solução?

Tzipora Rimon – Hoje, quando vivemos conflitos como esse do Líbano, as pessoas esquecem de que já conquistamos muitos avanços. Desde a assinatura do famoso Acordo de Oslo, em 1993, tiveram vários outros. Vale a pena ressaltar que a guerra de 1967 (Guerra dos Seis Dias¹), em que conquistamos o território atual, não foi iniciada por Israel. É bom esclarecer principalmente para sindicatos, porque de vez em quando Israel é relacionado com o imperialismo. As pessoas esquecem que foi uma guerra, provocada pelos países árabes, em um momento delicado, quando éramos um estado muito jovem e precisávamos resistir. Graças a Deus, à força da defesa de Israel e à motivação do povo judeu para lutar pela sobrevivência – aí vale lembrar o Holocausto – conseguimos continuar existindo.

Há um ano, Israel deixou a Faixa de Gaza. Em 1982, fomos atacados por palestinos no Líbano, foi quando surgiu o Hezbollah. Depois dessa guerra, os palestinos foram para a Tunísia e Israel ficou no sul do Líbano até maio de 2000 para defender seu povo das ações do Hezbollah. A decisão de desocupar a área foi também para demonstrar que queríamos dialogar com o Líbano, implementar as resoluções da ONU.

Já tivemos tentativas com a Síria, como foi a Conferência de Madri em 1991, imediatamente após a 1ª Guerra do Golfo, e comissões entre Líbano, Israel e Síria e Israel com palestinos, entre outras. Ago-

ra, com a Resolução 1701² do Conselho de Segurança da ONU, a cooperação e envolvimento da Comunidade International, Líbano e Israel podem alcançar a paz.

Em 2004, a Resolução 1559³ da ONU determinou que todas as forças estrangeiras se retirassem do Líbano – isso foi implementado com a saída da Síria – e que fossem desmanteladas todas as milícias, incluindo o Hezbollah, que exerce forte influência no governo e ao mesmo tempo tem um grupo militar que não faz parte do exército libanês. É quase do exército iraniano, porque a agenda do Hezbollah não é a agenda do Líbano, é a agenda do Irã, que é completamente diferente da do Oriente Médio. Sabemos do plano nuclear e conhecemos as declarações do presidente iraniano (Mahmoud Ahmadinejad), entre elas "apagar o Estado de Israel". Essa é a situação. Temos um grupo terrorista como o Hezbollah com um arsenal enorme de mísseis e armas, fornecido pelo Irã através da Síria. Neste atual conflito, mais de um milhão de israelenses ficaram 34 dias confinados em abrigos contra bombas. Nós também temos mortos, feridos e muitos danos na região Norte.

Adverso – A senhora diria então que o acordo feito pela ONU em 1947, que delimitou o território e criou os estados, vem sendo cumprido por Israel?

Tzipora Rimon – A decisão daquela época, quando a Assembléia Geral da ONU tinha como presidente o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha, foi de criar o estado judeu, Isra-

el, e o estado palestino. Mas os países árabes nunca gostaram da idéia da existência do Estado de Israel e criaram uma guerra. Parte dos palestinos que viviam no território israelense optaram por ficar e hoje são cidadãos israelenses, com direitos e deveres. Dos 7 milhões de habitantes de Israel, 1 milhão são árabe-israelenses.

Já temos fronteira de paz com o Egito, com algumas partes da Jordânia. De 1949 a 1967, ninguém na Jordânia ou no Egito pensava em fazer um Estado Palestino, entregar a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. Só depois da Guerra de Seis Dias, quando conquistamos todos os territórios, começaram as pressões internacionais sobre Israel, especialmente da parte da Liga Árabe, que considera esta ação como "ocupação". Que ocupação? Essa guerra que não foi deflagrada por nós. A maior parte da população israelense não quer ficar nos territórios e deseja celebrar a paz com a Palestina, isso ficou claro nas eleições de março desse ano. Deixamos a Faixa de Gaza e há um programa do governo atual para deixar a Cisjordânia. No entanto, há uma parcela significativa que considera a Cisjordânia, por exemplo, como todos os lugares citados na Bíblia, naturalmente Jerusalém, muito importantes. Esses são contra a desocupação.

Adverso – Como estão as relações entre Israel e Palestina hoje?

Tzipora Rimon – O presidente atual da OLP, Mahmoud Abbas, conhece bem os acordos com Israel, reconhece o Acordo de Oslo e tem se posicionado contra o terrorismo, porque quer construir o Estado Palestino através do diálogo. Em janeiro desse ano, nas eleições gerais para parlamento, alcançou o poder um grupo terrorista que se chama Hamas, criado em 1981, cujo manifesto tem como base a destruição do Estado de Israel e a criação de um Estado Islâmico nos territórios de Israel, Faixa de Gaza e Cisjordânia.

"A maior parte da população israelense não quer ficar nos territórios e deseja celebrar a paz com a Palestina, isso ficou claro nas eleições de março desse ano"

Adverso – Essa intenção do Hamas e do Hezbollah de "destruir Israel" poderia estar ligada à aliança entre Israel e Estados Unidos?

Tzipora Rimon – Isso é mais complicado. Hoje é muito comum, especialmente aqui no Brasil, falar dessa união dos Estados Unidos com Israel como uma das motivações para os conflitos. Esquecem os fatos relatados na História, que mostram que eles sempre quiseram excluir Israel e fundar um estado palestino islâmico no local. Essa é a fonte de todos os embates. No passado, a Liga Árabe pensava assim, mas os acordos com o Egito e Jordânia e as relações diplomáticas com Marrocos, Tunísia, Mauritânia e Catar mudaram esse quadro. Hoje, muitos países árabes reconhecem que não é possível apagar Israel do mapa. A maior parte dos palestinos também quer a paz com Israel, que atualmente admite o termo "Estado Palestino".

Durante o encontro de Camp David, em 2000, quase se fechou um acordo, mas (Yasser) Arafat, líder palestino na época, não teve coragem de assinar. Negociações são como bazar, você recebe um coisa e tem que dar algo em troca. O importante é que se chegue a um consenso. Mas no caso de Camp David, Arafat não foi capaz, infelizmente, de abrir mão de algumas coisas. Não fechado o acordo de paz, imediatamente começou a intifada⁴ e Israel teve de se proteger. Com a retirada da Faixa de Gaza, em agosto de 2005, tivemos a esperança de uma nova época, falamos da desocupação da Cisjordânia e até de estabelecer um estado palestino. Só que com o Hamas no poder ficou tudo mais difícil.

Adverso – No caso do atual conflito com o Líbano, teria sido possível uma saída diplomática?

Tzipora Rimon – Sim. No início cooperamos com a Comunidade Internacional, com a ONU para chegar através de meios diplomáticos. A mais recente resolução determina que Israel tem que sair do Líbano, e isso nós estamos fazendo. O exército libanês agora tem mandato mais amplo para desativar as milícias do Hezbollah. A intenção de Israel é negociar o acordo de paz, mas isso depende muito da pressão internacional, incluindo o Brasil.

Adverso – Diante de tantos ataques a civis no Líbano, Israel não teme sofrer um desgaste na opinião pública mundial?

Tzipora Rimon – Lamentamos a perda de vidas de inocentes, mas estes nunca foram o alvo de nossos ataques. É importante enfatizar o funcionamento do Hezbollah, que utiliza a população civil como escudo, porque eles sabem que Israel não quer atacar civis. Temos documentos, filmes e testemunhas que podem atestar isso. Cancelamos vários ataques quando soubemos que havia civis no local. Hoje, com a tecnologia dos satélites, podemos ter a informação exata se em determinada casa há um grupo terrorista se preparando para atacar. O que podemos fazer? Cada governo, cada estado tem o dever de defender seus cidadãos.



1. A Guerra dos Seis Dias foi um conflito armado entre Israel e a frente árabe, formada por Egito, Jordânia e Síria, apoiados pelo Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Argélia e Sudão. (www.wikipedia.org)

2. A resolução 1701 da ONU, aprovada por unanimidade no dia 11 de agosto de 2006, visa o fim de todos os ataques do Hezbollah, atribuindo igualmente indicações para que Israel pare seus ataques, e retire os seus 10 mil soldados que estão em território libanês. (www.wikipedia.org)

3. Em 2 de setembro de 2004, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 1559 para garantir eleições presidenciais livres e transparentes, de acordo com a Constituição libanesa, sem interferência ou influência estrangeira e exigindo a retirada total das tropas estrangeiras do Líbano. (www.novolibano.com.br)

4. Termo em árabe que pode ser traduzido como "levante", surgiu em 1987 para designar um movimento da população civil palestina contra a presença israelense em seus territórios, depois se repetiu em setembro de 2000. (www.wikipedia.org)

HIPERLINK

DIREITOS DO TRABALHADOR

www.observatoriosocial.org.br



Página eletrônica do Instituto Observatorio Social, organização que analisa e pesquisa o comportamento de empresas multinacionais, nacionais e estatais em relação aos direitos fundamentais dos trabalhadores, assegurados nas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Neste site é possível acessar documentos importantes (biblioteca virtual) e notícias relacionadas ao tema, entre outros serviços.

ESTATÍSTICA

www.fee.rs.gov.br



O site da Fundação de Economia e Estatística (FEE) ganhou um banco de dados do Rio Grande do Sul e dos seus 496 municípios com informações socioeconómicas que abrangem 19 temas com 614 variáveis, no período de 15 anos (1991 a 2006). A nova seção, intitulada Feedados, oferece números sobre PIB, agropecuária, indústria, comércio, exportações, demografia, emprego, saúde, educação, finanças públicas e estatísticas eleitorais, entre outros.

www.unicamp.br/iel/monteirolobato

LITERATURA



"Loucura? Sonho? Tudo é loucura ou sonho no começo. Nada do que o homem fez no mundo teve início de outra maneira, mas já tantos sonhos se realizaram que não temos o direito de duvidar de nenhum"

Monteiro Lobato

A vida é obra de um sonhador está agora disponível na internet. Criado por pesquisadores do Instituto de Estudo da Linguagem (IEL) da Universidade de Campinas (Unicamp), o site é resultado do projeto temático "Monteiro Lobato (1882-1948) e outros modernismos brasileiros", que conta com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Neste site, o internauta tem acesso a informações a partir de fontes primárias de propriedade da família do autor, arquivadas no Centro de Documentação Alexandre Eulálio (Cedae) do IEL. Há ainda trechos de livros, documentos de trabalho, fotos de família, desenhos e pinturas em aquarela feitos por Lobato, teses, dissertações e ensaios

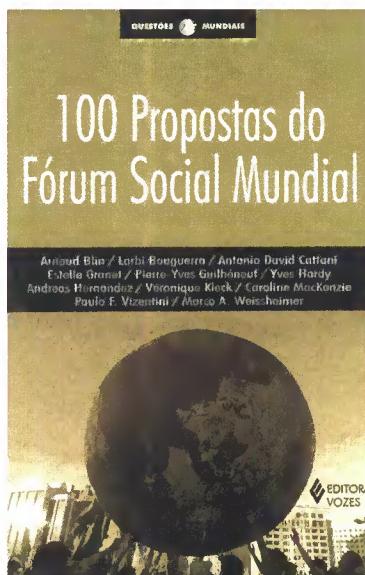
sobre o autor e até mesmo imagens digitalizadas de cartas enviadas por ele a amigos e a sua mulher, Maria Pureza Natividade Gouvêa.

Um arquivo com a árvore genealógica de Lobato, um dos mais influentes escritores brasileiros do século 20, e a descrição de toda a bibliografia sobre o autor, que inclui literatura infantil e adulta, obras de referência, artigos publicados em periódicos e textos em jornais e revistas estão disponíveis.

De acordo com Marisa Lajolo, professora do IEL, em entrevista à Agência Fapesp, a proposta é mudar parte da cultura arquivística brasileira de pouca divulgação online de documentos. Outro objetivo seria colocar em questão os limites dos direitos autorais de domínio público e privado, no que se refere a objetos culturais pertencentes à memória nacional.

SOCIOLOGIA

100 propostas do FÓRUM SOCIAL MUNDIAL



Arnaud Blin, Larbi Bouguerra, Antonio David Cattani, Estelle Granet, Pierre-Yves Guihéneuf, Yves Hardy, Andreas Hernandez, Véronique Kleck, Caroline MacKenzie, Paulo F. Vizentini, Marco A. Weissheimer.

Editora Vozes
Coleção Questões Mundiais
280 páginas
R\$ 40

Criado em 2001, como contraponto ao Fórum Econômico Mundial de Davos, o Fórum Social Mundial (FSM), como escreve Michel Sauquet no prefácio, não parou de causar admiração, fascinar e irritar.

Apoiando-se na memória dos fóruns anteriores (2001, 2002 e 2003 em Porto Alegre e 2004 em Mumbai), 11 redatores, mulheres e homens originários de diferentes regiões do mundo, "cobriram" os debates em Porto Alegre para a edição 2005 do FSM, recolhendo as propostas dos 11 espaços temáticos.

Os redatores, que se encontravam nas tardes quentes do verão portoalegrense para pôr em comum descobertas, perplexidades e métodos de investigação, conseguiram vencer um difícil desafio: mostrar, nos artigos reunidos neste livro, que

o FSM não é uma "bagunça alegre, uma reunião internacional simpática", mas é também uma fonte de recursos necessária para militantes que sentem a necessidade de saber que não são os únicos em seu combate. O FSM, para Sauquet, "é um verdadeira espaço de construção de uma comunidade mundial e produz abundantemente aberturas intelectuais e propostas concretas baseadas na convicção de que um 'outro mundo é possível sim'".

Esta obra foi editada quase simultaneamente em vários países e em várias línguas com o objetivo de esclarecer o público cidadão sobre o caráter concreto do FSM e dar aos futuros participantes mais confiança na capacidade de contribuir para uma "mundialização do rosto humano".

LEIA TAMBÉM

TRABALHO E LOUCURA

Uma biopolítica dos afetos



Selda Engelman
Editora Sulina e
Editora da Ufrgs
176 páginas
R\$ 27

Este livro registra os movimentos de uma associação de trabalhadores composta por usuários (moradores e ex-moradores) do Hospital Psiquiátrico São Pedro de Porto Alegre, usuários da rede de saúde mental e de moradores de uma vila adjacente ao hospital que inventam e se re-inventam através do trabalho cooperativo. Um trabalho que produz o religamento da suspensão com a vida, com a cidade, com um coletivo.

MÚSICA POPULAR NA AMÉRICA LATINA



Martha Ulhôa e
Ana Maria Ochoa
Editora da Ufrgs
245 páginas
R\$ 30

Textos produzidos por pesquisadores nacionais e estrangeiros que participaram da "The International Association for the Study of Popular Music", seção latino-americana, que aconteceu em 2004 no Rio de Janeiro. Resultado de um quadro multifacetado que demonstra o quanto a música popular vem recebendo atenção teórica e metodológica por parte das disciplinas humanísticas.

Cantar,

Cantar,

Cantar...

*Mais de 1200 vozes espalham
música por todo o Rio Grande do
Sul desde o dia 26 de agosto.
É o 41º Festival de Coros do RS,
que segue até 4 de novembro,
com sua última apresentação
em Torres.*



Herança dos europeus que colonizaram o Rio Grande do Sul, especialmente alemães e italianos, os corais fazem parte da tradição e história do estado. Não há uma cidade gaúcha, por menor que seja, que não tenha um coral formado e atuante. Para se ter uma idéia do quanto essa forma de expressão cultural é forte, a pequena Nova Petrópolis, com pouco mais de 19 mil habitantes, possui 59 coros cadastrados na Secretaria de Cultura do Município, o que representa um para cada 324 habitantes. Segundo o presidente da Fecors, o regente Atos Flores, estima-se que hajam mais de mil espalhados por todo o Rio Grande, mas, sem dúvidas, as maiores concentrações estão nas regiões de colonização alemã, como o Vale do Sinos e a Serra Gaúcha.

Embora o movimento continue vivo, já foi mais intenso no passado, avalia Flores, quando o poder público investia mais em cultura. O Festival Internacional de Coros, por exemplo, que aconteceu de 1980 a 1997 e reunia corais do Brasil e do Mundo, chegou ao fim por falta de patrocínio da Prefeitura de Porto Alegre. Realizado na maioria das vezes no Salão de Atos da Ufrgs, o evento movimentava a cidade, tinha caráter classificatório com premiações e oferecia oficinas de aperfeiçoamento. Quando a música ainda era reproduzida por vitrolas, algumas edições dos festivais foram imortalizadas em vinis, que a Fecors guarda como relíquia.



Coral da Adufrrgs

Egresso do extinto coral do Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS), foi fundado em 2000 e desde 2002 é regido por Atos Flores. Por falta de voluntários, atualmente é composto apenas por mulheres, o que levou o maestro a criar um repertório exclusivamente feminino.

Clarissa Pont

História

A Fecors surgiu em 1980 a partir da Associação dos Festivais de Coros do Rio Grande do Sul, esta fundada em 17 de junho de 1966, conforme ata original que compõe o acervo histórico da Federação. No documento de fundação da entidade constam os nomes ilustres de Dante Barone como presidente e João de Souza Ribeiro como vice. Os primeiros festivais, na década de 60, foram organizados pela Associação.

Atos Flores, coralista desde criança, demonstra uma certa nostalgia quando fala dos encontros de coros do passado, mas tem no discurso e nos atos – sem trocadilhos – a perseverança de quem luta por uma causa: a de preservar a tradição dos corais. Otimista, deixa clara a certeza de que é possível, principalmente com maior investimento público, fortalecer o movimento que, além da importância cultural, exerce um importante papel social, na opinião do regente.

Atualmente, além de organizar encontros e festivais, a Fecors oferece cursos de aperfeiçoamento no interior do estado e promove painéis de regência e coral anualmente. Aglutinadora de qualidade musical, a entidade, segundo seu presidente, fortaleceu-se quando o Departamento de Música da Ufrgs criou, em 1988, a habilitação Regência Coral, que tem proporcionado uma maior qualificação dos profissionais que atuam na área.

Organização, perfil e autoestima

Mulheres na frente, homens atrás. Vozes graves à direita do maestro e agudas à esquerda. Esta é a disposição clássica de um coral, mas que pode ser alterada, segundo Flores, de acordo com o repertório. As vozes femininas se dividem em soprano (mais agudas), contralto (mais graves) e mezzosoprano (intermediárias), enquanto as masculinas são tenor (mais agudas), baixo (mais graves) e barítono (intermediárias). Essas são as divisões básicas, explica o regente, pois há ainda várias subdivisões.

Segundo Flores, é muito comum o interesse por corais surgir ainda na infância e adolescência, dai o grande número de coros infanto-juvenis. A formação dos grupos é composta quase que totalmente por amadores – mais de 90% – e a grande maioria são mulheres. Para o regente, a atividade trabalha valores como disciplina, ética, respeito, humildade e autoestima. Apesar da participação estar condicionada a um mínimo de “talento”, nos corais não existem disputas, e os participantes estão sempre dispostos a aprender.



Aumenta a população de idosos COM MAIS DE 80 ANOS

O rápido envelhecimento da população com mais de 80 anos e o maior número de mulheres idosas estão entre as conclusões do Diagnóstico do Envelhecimento no Brasil, estudo elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), divulgado em matéria veiculada pela Agência Brasil.

Para o professor de gerontologia da Universidade Católica de Brasília (UCB), Vicente Faleiros, está havendo um crescimento maior da população com mais de 80 anos do que o conjunto geral de idosos. As doenças de caráter degenerativo (como Alzheimer e Parkinson) também estão predominando em relação às doenças de caráter infeccioso na população idosa.

"É preciso que a sociedade se prepare para esse fenômeno. As pessoas estão vivendo mais, mas precisam viver com qualidade de vida", afirmou o subsecretário de Promoção Humana da SEDH e presidente Nacional do Conselho do Idoso, Perly Cipriano. Ele defende a criação de uma rede de atendimento ao idoso, onde se tenha desde a previdência, até saúde, esporte, lazer e cultura.

Filhos do homem

O filme de ficção científica "Children of Men", do diretor mexicano Alfonso Cuarón, é das próximas estréias imperdíveis no cinema. A história comoveu o público presente no último Festival de Veneza e projeta, no futuro, os horrores do presente. O cineasta, de 44 anos, possui na sua filmografia "E sua mãe também" (2001) e "Harry Potter e o prisioneiro de Azkabán" (2004). "Children of Men" apresenta um enredo angustiante, ambientado em 2027. Filmada completamente em Londres, empregando a técnica da câmera no ombro e do cinema-verdade, a obra é uma espécie de previsão do futuro e uma dura denúncia do mundo atual, da contaminação ambiental, da vida cruel de milhões de imigrantes, dos campos de concentração, da desigualdade social, das milícias particulares e das guerras separatistas. "O filme está cheio de ícones, de imagens que fazem parte de nossa consciência coletiva. Não é um filme de ficção científica, e sim um filme que fala do presente", explicou o diretor. "Children of Men" é baseado na novela homônima da escritora inglesa P.D. James e descreve um universo sem bebês, nem crianças, pela total ausência de nascimentos durante 19 anos em todo o planeta. "Apesar de tudo, o filme fala da esperança e de como a ideologia pode anular o diálogo", conclui o cineasta.

Aracruz ocupa área indígena no Espírito Santo

Uma área de 11 mil hectares, no município de Aracruz, é motivo de disputa entre 2 mil indígenas e a Aracruz Celulose, responsável por um terço da produção mundial. Um parecer prévio da Funai afirma que a área pertence aos povos indígenas Tupiniquim e Guarani. O documento teve de ser elaborado porque a Aracruz contestou judicialmente a demarcação das terras.

Os argumentos da companhia foram considerados "muito frágeis", segundo o procurador Luiz Fernando Villares. "A Aracruz fala que não existe ocupação indígena na área porque quem ocupa é a empresa", afirma. Nas décadas de 50 e 60, o governo do Espírito Santo expropriou as terras, que eram ocupadas tradicionalmente pelos povos indígenas, segundo levantamento da procuradoria da Funai. A área foi repassada à Aracruz, que começou a plantar eucaliptos, e também a outros proprietários particulares, que depois venderam terras à empresa.

Mandarim em baixa na China

Enquanto no exterior cresce o interesse por estudar o mandarim, na China 40% da população não fala a língua oficial. A informação foi divulgada no início de setembro pelo Ministério da Educação do país e veiculada em matéria publicada pela Folha Online. O diretor do departamento de popularização do mandarim do ministério, Yuan Zhongrui, declarou que, apesar dos avanços nos últimos dois anos, hoje em dia "pelo menos 40% dos chineses ainda não falam uma língua padrão".

O mandarim começou a ser promovido num país de enormes diferenças culturais a partir de 1956. Embora a escolarização e a programação de rádio e televisão, sempre em mandarim, favoreçam sua implementação como língua corrente, ainda hoje ele compete com cerca de 80 idiomas e dialetos no território nacional. "Sem uma língua comum, as pessoas não conseguem se entender. A situação tem se mostrado um obstáculo ao desenvolvimento social e econômico da China", afirmou Yuan.

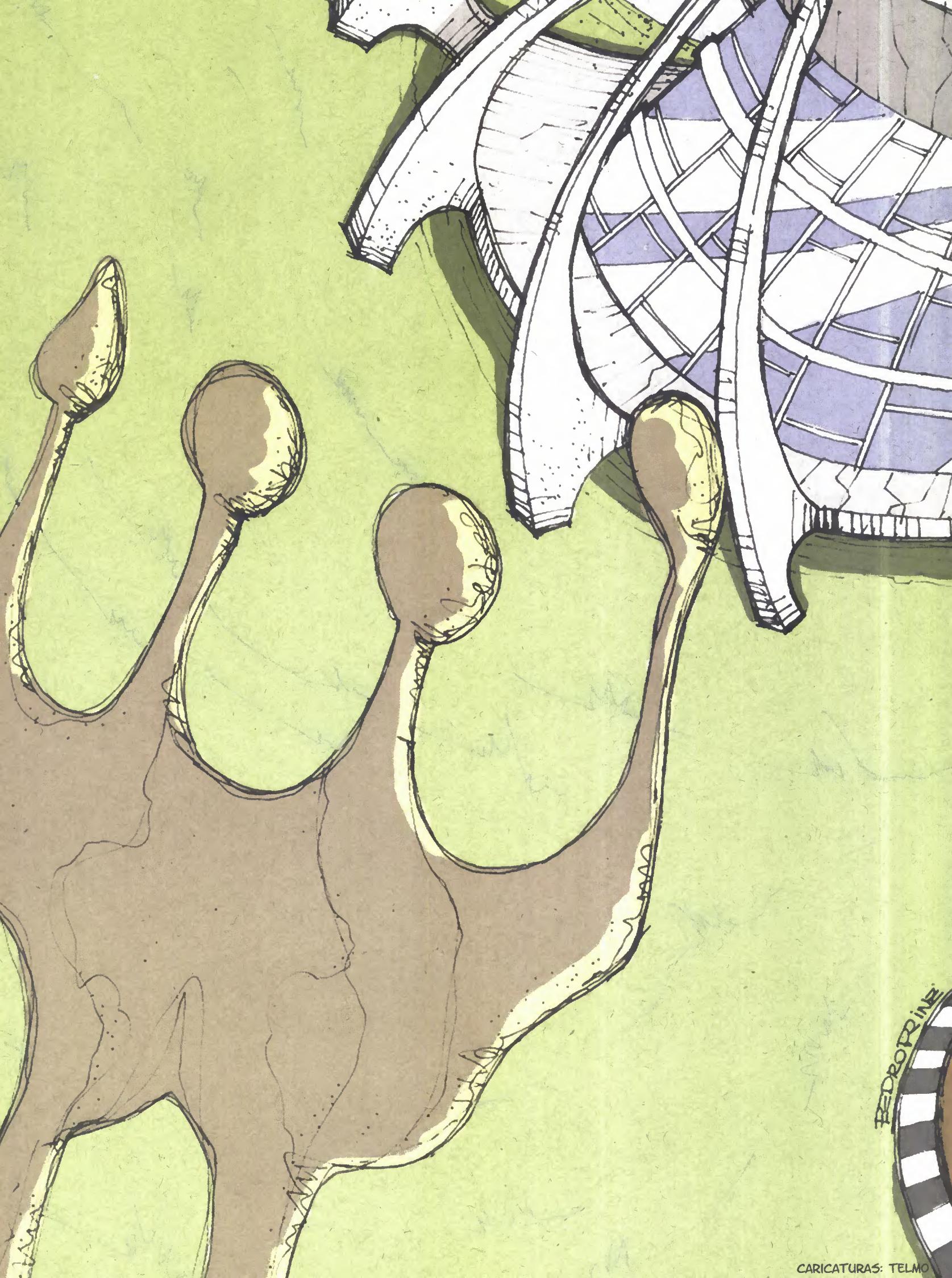
1987

Passeata em frente ao Piratini no dia 24 de abril, durante a chamada "Greve da Isonomia". Com apoio dos estudantes e de boa parte da sociedade, a paralisação durou 44 dias e resultou em ganhos significativos. Há quem diga que a maior vitória de todas as greves é a manutenção do caráter público da universidade.

a história de quem faz

Daniel de Andrade
[Arquivo Cpers]





TELMO